



CENTRO DE ESTUDO SUPERIOR DE ITAITUBA
FACULDADE DE ITAITUBA- FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

ANA MOZE OLIVEIRA ARAÚJO

**OS DESAFIOS DA PERMANÊNCIA DO ALUNO DA EJA: Olhares de
Profissionais em uma escola do Município de Itaituba-Pará.**

ANA MOZE OLIVEIRA ARAÚJO

**OS DESAFIOS DA PERMANÊNCIA DO ALUNO DA EJA: Olhares de
Profissionais em uma escola do Município de Itaituba-Pará.**

Monografia de Graduação do Curso de Licenciatura
Plena em Pedagogia apresentada à Faculdade de
Itaituba para obtenção do título Licenciada Plena em
Pedagogia.

Orientador: Prof. Dhemesbraene Soares da Silva, Esp.

ARAÚJO, Ana Moze Oliveira

OS DESAFIOS DA PERMANÊNCIA DO ALUNO DA EJA: Olhares de Profissionais em uma escola do Município de Itaituba-Pará. / Ana Moze Oliveira Araújo. Itaituba: FAI, 2019.

80 f.

Orientador: Dhemesbraene Soares da Silva, Esp.

Trabalho de Conclusão de Curso Licenciatura Plena em Pedagogia – Faculdade de Itaituba, 2019.

1. Educação de Jovens e Adultos. 2. Pedagogia. I. Dhemesbraene Soares da Silva II. Faculdade de Itaituba. Itaituba, BR – PA, 2019.

ANA MOZE OLIVEIRA ARAÚJO

**OS DESAFIOS DA PERMANÊNCIA DO ALUNO DA EJA: Olhares de
Profissionais em uma escola do Município de Itaituba-Pará.**

Monografia de Graduação do Curso de Licenciatura
Plena em Pedagogia apresentada à Faculdade de
Itaituba para obtenção do título Licenciada Plena em
Pedagogia.
Orientador: Prof. Dhemesbraene Soares da Silva, Esp.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: _____ Nota: _____
Prof. Esp. Dhemesbraene Soares da Silva

Avaliadora: _____ Nota: _____
Prof.^a Esp. Raimunda Bentes

Avaliadora: _____ Nota: _____
Prof.^a Esp. Lucia Maria da Costa Cruz

Resultado: _____ Média: _____

Dedico a minha mãe laudacy e aos meus filhos
Rihanna e Murilo que foram as pessoas que mais me
inspiraram a concluir essa pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente eu agradeço a Deus por mais uma conquista realizada, em segundo a minha família pelo apoio e terceiro a meu esposo por depositar sua confiança em mim e sempre me apoiar nas minhas decisões.

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”.

Paulo Freire

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar os desafios da permanência do aluno da EJA, segundo os profissionais da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Maria Oliveira de Mendonça, no Município de Itaituba-Pará. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica para embasamento teórico e uma pesquisa de campo; a abordagem do estudo é do tipo qualitativa, os métodos de coleta de dados foram através de entrevistas por meio de questionários direcionados a professores e alunos da escola, a fim de evidenciar principais desafios a serem superados. Os resultados obtidos na pesquisa demonstram que as possíveis causas para o abandono escolar são, em sua maioria devido à dificuldade de conciliar o trabalho e os estudos, a falta de integração entre o ensino médio e o profissionalizante, a má formação dos professores, a falta de recursos didáticos adotados, a inadequação do currículo as especificidades da EJA e a ausência de políticas públicas adequadas para garantir não apenas o acesso, mas também a permanência destes alunos na escola. A análise foi realizada através de coletas de dados: entrevistas, questionários com professores e alunos, gestor da Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Oliveira de Mendonça no bairro Jardim Aeroporto km 05, Itaituba-Pará, no período de agosto a outubro do ano de 2017. comprovou que os alunos matriculados apresentam perfis parecidos e que a modalidade EJA estimula os mesmos a procurarem estudar mais melhorando seu padrão de vida.

PALAVRAS-CHAVES: Desafios Educacionais, Vivências na EJA, Ensino Aprendizagem.

ABSTRACT

The present study had as objective the challenges of the permanence of the student of the EJA, according to the professionals of the Municipal School of Elementary Education, Professor Maria Oliveira de Mendonça, in the Municipality of Itaituba-Pará. It is a bibliographical research for theoretical foundation and a field research; The approach of the type of class is qualitative, the methods of data collection were through half-day interviews directed to teachers and students of the school, a process to evidence the main goals are overcome. The results in the research showed that the causes of school failure are, for the most part, due to the difficulty of reconciling work and studies, lack of integration between high school and vocational training, teacher maladaptation, lack of Adopted didactics, an inadequacy to the curriculum such as the specificities of the EJA and the absence of public guidelines to guarantee access, but also the permanence of their students in school. The analysis was performed with the students enrolled in the paired profiles and the EJA modality encourages them to further explore their standard of living.

KEY WORDS: Educational Challenges, Experiences in EJA, Teaching Learning.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01:	Em que série você parou de estudar?.....	52
QUADRO 02:	Qual motivo levou você a parar de estudar?.....	53
QUADRO 03:	Ao longo da sua vida você se sentiu descriminado por não ter os estudos completo?.....	54
QUADRO 04:	O que fez você retornar à escola?.....	54
QUADRO 05:	Você considera que os conhecimentos que já possui estão sendo valorizados/utilizados nas aulas?.....	55
QUADRO 06:	Você teve incentivo da sua família para voltar a escola?.....	56
QUADRO 07:	Já pensou em desistir, em parar? Por quê?.....	56
QUADRO 08:	Agora que voltou, até onde pretende chegar com seus estudos?.....	57
QUADRO 09:	Qual a sua opinião sobre o trabalho desenvolvido pelos seus professores?.....	58
QUADRO 10:	O que você acredita que deveria melhorar para que a educação na EJA alcance ainda mais qualidade?.....	59
QUADRO 11:	Qual a etapa de ensino que você leciona?.....	60
QUADRO 12:	No papel de professor (a) da EJA, como você descreve um aluno Analfabeto Funcional?.....	61
QUADRO 13:	Quais são as maiores dificuldades desses alunos no processo de ensino aprendizagem?.....	62
QUADRO 14:	Que estratégia você utiliza para ajudar os alunos a superar as dificuldades de aprendizagem?.....	63
QUADRO 15:	Quais as maiores dificuldades em lidar com a defasagem de ensino em uma sala com Analfabetos Funcionais?.....	64
QUADRO 16:	Em sua opinião por que é tão grande o número de Analfabetos Funcionais no Brasil?.....	65
QUADRO 17:	Como esses alunos são avaliados? (provas, relatórios, trabalhos e grupos).....	66
QUADRO 18:	Como é a relação entre aluno-aluno, no caso de uma sala onde existem Analfabetos Funcionais e alunos alfabetizados? Existe preconceito entre os alunos?.....	67
QUADRO 19:	O que você faz quando na turma os alunos não estão no mesmo ritmo de aprendizagem?.....	68
QUADRO 20:	Qual mensagem você deixa para os futuros professores que terão que enfrentar a realidade do Analfabetismo Funcional em sua prática?.....	69

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 A EJA E OS DESAFIOS NO ENSINO APRENDIZAGEM.....	13
1.1 CONTEXTO HISTÓRICO SOBRE A EJA.....	13
1.2 ABORDAGENS HISTÓRICAS DA EJA.....	16
1.3 LEGISLAÇÃO VIGENTE PARA EJA.....	20
1.4 AS DIFICULDADES E DESAFIOS ENCONTRADOS PELOS ALUNOS E PROFESSORES DA EJA.....	29
2 A PERMANÊNCIA DO ALUNO DA EJA EM SALA DE AULA.....	36
2.1 METODOLOGIAS UTILIZADAS PELOS PROFESSORES NO ENSINO DA EJA.....	36
2.2 EVASÃO DO ALUNO DA EJA.....	40
2.3 OLHARES DOS PROFESSORES EM RELAÇÃO AO ENSINO DA EJA.....	43
2.4 FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EJA.....	47
3 OS DESAFIOS DA PERMANENCIA DO ALUNO DA EJA: OLHARES DE PROFISSIONAIS EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE ITAITUBA-PARÁ.	51
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA PESQUISADA.....	51
3.2 PROCEDIMENTOS E METODOLÓGICOS.....	51
3.3 RESULTADOS DA PESQUISA.....	52
3.3.1 Categoria de Alunos	52
3.3.2 Categoria de Professores	60
3.4 PROPOSTAS.....	70
CONCLUSÃO.....	71
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	72
APENDICES.....	75

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, intitulado “Os Desafios da Permanência do Aluno da EJA: Olhares de Profissionais em uma escola do Município de Itaituba-Pará”, tem como objetivo analisar os desafios da permanência dos alunos na escola, na modalidade Educação de Jovens e Adultos. A pesquisa foi realizada através de coletas de dados: entrevistas, questionários com professores e alunos, gestor da Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Oliveira de Mendonça no bairro Jardim Aeroporto km 05, Itaituba-Pará, no período de agosto a outubro do ano de 2017. Observa-se que o trabalho dos docentes não é fácil, principalmente quando se trata de garantir o acesso de pessoas jovens e adultas à educação, sendo esse um dos grandes desafios da Educação de Jovens e Adultos.

A escola deve garantir a entrada e permanência dos alunos até que seus estudos estejam concluídos, no entanto, muitas são as causas da evasão escolar, e mais evidente ainda na modalidade EJA. Ocorreu a partir do estudo de natureza bibliográfica para embasamento teórico e com as seguintes questões norteadoras que direcionaram a investigação: Qual a etapa de ensino que você leciona? Que estratégia você utiliza para ajudar os alunos a superar essas dificuldades? Segundo pesquisas, no Brasil cerca de 75% da população são analfabetos funcionais. Em sua opinião por que é tão grande essa porcentagem? Quem é o maior culpado nessa situação? Para tanto, foi necessária uma pesquisa bibliográfica para embasamento teórico e uma pesquisa de campo em outubro de 2018, com a abordagem qualitativa, através de entrevistas por meio de questionários direcionados a professores e alunos da escola, a fim de evidenciar principais desafios a serem superados. O trabalho foi desenvolvido a partir de três capítulos; o primeiro faz uma abordagem sobre a Educação para Jovens e Adultos com a História da EJA. O segundo capítulo vem enfatizar, a permanência do aluno da EJA em sala de aula. O terceiro capítulo aborda o resultado da pesquisa, com a coleta de dados e suas respectivas análises discursivas, seguindo das propostas de intervenção, onde percebe-se que a EJA é uma modalidade com suas peculiaridades e desafios educacionais, que precisa de estratégias lúdicas para o ensino aprendizagem.

1 A EJA E OS DESAFIOS NO ENSINO APRENDIZAGEM

1.1 CONTEXTO HISTÓRICO SOBRE A EJA

A trajetória da Educação de Jovens e Adultos no Brasil inicia-se bem antes do império, o ensino do EJA começa a se desenvolver no período colonial, momento em que os missionários religiosos exerciam uma ação educativa, com adultos, destinados aos brancos e indígenas, estudos estes que eram baseados no estudo clássico, nas primeiras noções da religião católica. A educação do Período colonial estava, durante dois séculos, sendo desenvolvida em poder dos jesuítas que estenderam seus domínios por toda a colônia, fundando colégios nos quais era desenvolvida uma educação clássica, humanística e acadêmica. Neste período a educação era considerada tarefa da Igreja e não do Estado. “A educação de adultos teve início com a chegada dos jesuítas em 1549. Essa educação esteve, durante séculos, em poder dos jesuítas que fundaram colégios nos quais era desenvolvida uma educação cujo objetivo inicial era formar uma elite religiosa” (MOURA, 2004, p. 26).

No Brasil Colonial, as primeiras iniciativas de ensino realizadas estavam voltadas mais para adolescentes e adultos do que para crianças, devido à predominância na época do proselitismo religioso, ou seja, no período colonial a ideia dos missionários era catequizar e educar de acordo com as normas dos colonizadores portugueses, que necessitavam de mão de obra para a lavoura e atividades extrativistas. Os primeiros professores iniciaram o trabalho educativo com os índios e terminaram com os filhos dos proprietários de terras, preparando-os para assumir a ordem religiosa ou continuar os estudos nas universidades.

Foi ela, a educação dada pelos jesuítas, transformada em educação de classe, com as características das que tão bem distinguem a aristocracia rural brasileira que atravessou todo o período colonial e imperial e atingiu o período republicano, sem ter sofrido, em suas bases, qualquer modificação estrutural, mesmo quando a demora social de educação começou a aumentar, atingindo as camadas mais baixas da população e obrigando a sociedade a ampliar sua oferta escolar (MORA, 2004, p. 26).

A escolarização para as pessoas adultas no Brasil nos anos de 1940 e 1950 começa a sair das discussões e passa a se concretizar através de ações e implantação de programas governamentais. De acordo com Haddad e Di Pierro (2000), a educação de adultos, no Brasil, se constitui como tema de política

educacional, sobretudo, a partir do final da década de 1940, quando veio a se firmar como um problema de política nacional.

Quando os jesuítas de Portugal e das colônias foram expulsos, em 1759 pelo marquês de Pombal, toda estrutura educacional passou por transformações, por exemplo: a uniformidade da ação pedagógica, a perfeita transição de um nível escolar para outro e a graduação foram sendo substituída pela diversidade das disciplinas isoladas, neste momento o estado é quem vai pela primeira vez assumir os encargos da educação. A escola pública no Brasil iniciou-se com pombal, os adultos que pertenciam às classes menos abastadas que tinham interesse em estudar não encontravam espaço na reforma de pombal. Isso porque a educação elementar era privilégio de poucos e essa reforma objetivava atender com prioridade o ensino superior.

Assim podemos dizer que a escola pública no Brasil teve início com pombal os adultos das classes menos abastadas que tinha intenção de estudar não encontravam espaço na reforma Pombalina, mesmo porque a educação elementar era privilégio de poucos e essa reforma objetivou atender prioritariamente ao ensino superior. (MOURA, 2003, p. 27).

A história da educação brasileira passou por diversos períodos. O período colonial brasileiro, baseado na grande propriedade e na mão-de-obra escrava, contribuiu para o florescimento de uma sociedade altamente patriarcal caracterizada pela autoridade sem limite dos donos de terras. Este tipo de educação em muito se adequava ao momento e sobreviveu todo o período colonial, imperial e republicano, sem sofrer modificações estruturais em suas bases. Durante essa trajetória, várias mudanças e reformas na educação foram dando a escola um perfil de acordo com a época. Podemos notar que a influência da igreja católica foi positiva. E ainda assim, a Igreja desenvolvia outros projetos educacionais.

Para a Igreja, a educação moral do povo brasileiro deveria ser de sua exclusiva competência. Tratava-se, para os católicos, de um esforço político, patriota uma vez que colaboraria para a pureza dos costumes, estaria formando homens úteis e consistentes com os conhecimentos necessários aos bons cidadãos (SHIRONA, 1998, p. 34).

Com o processo de industrialização e a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) em 1942, a educação profissional passa a ser vislumbrada como importante veículo para que os cidadãos tenham acesso às conquistas tecnológicas da sociedade como um todo, instrumento para a

compreensão do processo produtivo, como instrumento de apropriação do saber tecnológico, de reelaboração da cultura do trabalho, de domínio e geração do conhecimento no seu campo profissional que deve vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. É nesse momento que a qualificação profissional passa a se instituir dentro da EJA.

Durante a década de 1950, com o processo de modernização que ocorria no Brasil, com uma crescente urbanização e industrialização, ampliava-se também a demanda pela educação como um todo, inclusive para jovens e adultos. Neste segmento, destacou-se a proposta do educador Paulo Freire, e que, segundo Porcaro (2007, p. 02) significou um novo paradigma pedagógico, pois a concepção pedagógica por ele iniciada trazia consigo uma nova visão sobre o problema do analfabetismo, dando ênfase às classes populares, no sentido de entender as duas vertentes bastante criticadas da época: educação e sociedade.

A partir de 1985 com a redemocratização do país, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) é extinto e ocupa seu lugar a Fundação EDUCAR, com as mesmas características do MOBRAL, porém sem o suporte financeiro necessário para a sua manutenção. Com a extinção da Fundação EDUCAR em 1990 ocorre a descentralização política da EJA, transferindo a responsabilidade pública dos programas de alfabetização e pós-alfabetização aos municípios. Segundo Haddad e Di Pierro (2000, p. 121), ao comentar sobre a extinção da Fundação:

O Movimento Brasileiro de Alfabetização - o MOBRAL surgiu como um prosseguimento das campanhas de alfabetização de adultos iniciadas com Lourenço Filho. Só que com um cunho ideológico totalmente diferenciado do que vinha sendo feito até então. Apesar dos textos oficiais negarem, sabemos que a primordial preocupação do MOBRAL era tão somente fazer com que os seus alunos aprendessem a ler e a escrever, sem uma preocupação maior com a formação do homem. Foi criado pela Lei número 5.379, de 15 de dezembro de 1967, propondo a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando 'conduzir a pessoa humana (sic) a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida'. Apesar da ênfase na pessoa, ressaltando-a, numa redundância, como humana (como se a pessoa pudesse não ser humana!), vemos que o objetivo do MOBRAL relaciona a ascensão escolar a uma condição melhor de vida, deixando à margem a análise das contradições sociais inerentes ao sistema capitalista. Ou seja, basta aprender a ler, escrever e contar e estará apto a melhorar de vida. (BELLO, 1993, p. 54).

Desta maneira, observamos que tanto no MOBRAL como no “método” de Paulo Freire ocorre o uso de técnicas analítico-sintéticas, porém, também é realizado a problematização da realidade em que vivem os educandos, tornando possível assim,

o desenvolvimento da conscientização, a partir da qual se pode gerar condições de que estes constituam-se como sujeitos, capazes de atuar modificando a realidade.

1.2 ABORDAGENS HISTÓRICAS DA EJA.

O Brasil no pós-guerra passa por um momento de grandes mudanças, especialmente no campo político, depois da queda de Getúlio Vargas. De acordo com Paiva (1987), o final da Segunda Guerra Mundial, com a vitória dos ideais democráticos, e a reorientação da política interna brasileira, trouxe à tona o problema da educação das massas como instrumento de construção de uma sociedade democrática. Além disso, com a criação da UNESCO, em 1945, é relatado para o mundo às desigualdades entre os países, chamando à atenção do papel da educação, em particular a educação de adultos, como um instrumento para o desenvolvimento das chamadas “nações atrasadas”.

Entre as ações e programas governamentais que foram desenvolvidas nesse período, pela abrangência, como também por oferecer um embasamento histórico importante sobre a Educação de Jovens e Adultos estão: A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA (1947) e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo – CNEA (1958).

A CEAA foi à primeira campanha oficial do Brasil destinada à educação de adolescentes e adultos. Criada em 1947 e extinta em 1963, porém, com declínio já em 1954, representava a possibilidade de elevação dos índices educacionais, portanto, firmava-se como um mecanismo para melhorar a situação do país nas estatísticas internacionais sobre analfabetismo. Visava à ampliação das bases eleitorais e a formação de mão-de-obra alfabetizada para os centros urbanos.

(...) O analfabeto, onde se encontre será um problema de definição social quanto aos valores: aquilo que vale para ele é sem mais valia para os outros e se torna pueril para os que dominam o mundo das letras. Ele estaria ‘inadequadamente preparado para as atividades convenientes à vida adulta’ e, incapaz de integrar-se nos padrões culturais, ‘ele tem que ser posto à margem como elemento sem significação nos empreendimentos comuns’.

(PAIVA, 1987, p. 186).

Nessa perspectiva, a alfabetização é colocada como uma ação de integração social, devendo incluir socialmente os sujeitos vistos como improdutivos e incapazes que viviam à margem da sociedade por não saber ler nem escrever. No entanto, nesse

período, o que existia era a negação do direito a educação. Conforme Paiva, (1987, p. 190) essa forma preconceituosa de ver as pessoas não escolarizadas foi modificada no decorrer da CEAA, através da convivência dos educadores com os analfabetos. Porém, essa era a visão que se tinha do analfabeto no início da Campanha.

A CNEA foi elaborada pela necessidade de novas experiências educacionais, visto que as campanhas criadas anteriormente não haviam alcançado sucesso educativo. Nesse período, o Brasil passava por grandes transformações no campo da educação de adultos. Iniciavam-se as seis discussões sobre novos métodos e processos pedagógicos mais adequados para o ensino de adultos.

(...) Na verdade, temia-se o fracasso de mais uma campanha, nos moldes das anteriores. Por outro lado, reconhecendo as diferenças e as desigualdades econômicas e socioculturais das diversas áreas, optaram aqueles técnicos pela realização de um projeto piloto que desse, condições de estudar e experimentar as possibilidades e os limites da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo - CNEA, a partir da ampliação e progressiva melhoria da escola primária e visando a elevação do nível cultural da população. Com esses objetivos, iniciou-se, em 1958, a experiência de Leopoldina... (FÁVERO, 2011, p. 4).

No entanto, a campanha pouco realizou, ficou praticamente na primeira experiência. A CNEA foi criada em 1958, com objetivo de se expandir em 1959, porém foi reestruturada em janeiro de 1960, quando entrou em dificuldades financeiras, até ser extinta em 1963 juntamente com as demais campanhas do MEC. A sua importância, segundo Paiva (1987), está no fato de que ela anuncia uma nova fase em nossa história educativa: a da tecnificação do campo da educação, ainda conforme a autora, não apenas no plano pedagógico, mas também no sentido de estudos dos problemas educativos em sua relação com a sociedade e de planejamento educacional.

Em 1988 com a promulgação de uma nova Constituição Federal, ampliou-se o dever do Estado para o ensino de jovens e adultos e definiu a obrigatoriedade e gratuidade do ensino fundamental para toda a população, assim como a necessidade de colaboração da sociedade neste processo, conforme definido no artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL - CF 1988, p. 99).

No que se refere à educação de jovens e adultos, a LDB deixou explícito que esta modalidade de ensino possui um caráter de educação inclusiva e compensatória, devendo ocorrer um maior investimento por parte do Estado para elevar o índice de ensino da população.

Com a posse de Fernando Collor de Mello – primeiro presidente eleito após a ditadura, em 1990 a Fundação Educar é extinta. No ano seguinte, em 1991 o MEC cria o PNAC (Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania), no qual explicita que a responsabilidade por sua execução não é apenas do poder público, mas da sociedade em geral. “O PNAC tem como objetivo proclamado de mobilizar a sociedade em prol da alfabetização de crianças, jovens e adultos por meio de comissões envolvendo órgãos governamentais e não-governamentais” (DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001, p. 66).

A parceria do poder público e da sociedade civil era vista como promissora, pois de acordo com Rangel (2011, p. 16) o PNAC tinha o [...] objetivo de fazer uma grande mobilização no país para reduzir em até 70% o número de analfabetos até 1995.

De acordo com Porcaro (2007) nos anos de 1990 ocorreu à universalização do Ensino Fundamental e de qualidade, quando se criaram novos rumos para as políticas e metodologias criativas. A partir de então, o ensino de EJA passa por um crescente reconhecimento de sua importância em nível internacional, por meio das Conferências Internacionais para Educação de Adultos - CONFINTEAS. Estas Conferências Internacionais tem como principais objetivos:

1. Avançar o reconhecimento da aprendizagem e educação de adultos como elemento importante para a aprendizagem ao longo da vida, da qual alfabetização é o alicerce;
2. Destacar o papel crucial da aprendizagem e educação de adultos para alcançar as atuais agendas internacionais de educação e desenvolvimento (EFA, MDGs, UNLD, LIFE e DESD);
3. Renovar o impulso e compromisso políticos e desenvolver as ferramentas para a implementação para que movamos da retórica para a ação. (IRELAND, 2013, p. 32)

Neste mesmo ano, foi criada também uma mobilização a nível nacional, com a implementação dos Fóruns Estaduais de EJA, que fez com que o MEC instituísse uma Comissão Nacional voltada para este segmento de ensino, com a recomendação de que cada Estado deveria realizar um encontro para que se pudesse diagnosticar as metas e ações necessárias. A realização deste encontro foi vista de maneira positiva

pelas instituições envolvidas, que decidiram dar continuidade a eles anualmente, o que ocorreu com um número cada vez maior de participantes.

Ainda na década de 1990, o governo federal incumbiu os municípios de articular a política nacional do Ensino para Jovens e Adultos, realizando parcerias entre os Fóruns de EJA, que foram criados em 1997 como espaços de encontros e ações permanentes, em parcerias com diferentes segmentos envolvidos, os quais tinham os seguintes objetivos: troca de experiências, diálogos entre as diferentes instituições e também um ambiente onde planejam e organizam encaminhamentos educacionais em comum. “A maneira como esses Fóruns se mantêm tem sido um desafio, pois não existe pessoa jurídica que receba ou repasse recursos, sendo que a participação se dá por adesão” (PORCARO, 2007, p. 05).

A partir de então, os Fóruns de Educação de Jovens e Adultos tomam forma, passando a ser registrados em um Boletim da Ação Educativa, além de participarem de audiências do Conselho Nacional de Educação. A partir do ano de 1999, todo o país passa a promover os ENEJAS, que são os Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos, com a principal finalidade de aprofundar o interesse e as mudanças na educação de jovens e adultos, fazendo com que cresça o interesse pela educação e que o direito de todos seja reconhecido.

No ano de 2003, durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva, desenvolveu-se o PBA - Programa Brasil Alfabetizado, cujo objetivo principal era superar o analfabetismo, que abrangia jovens e adultos, contribuindo assim para a universalização do ensino fundamental no Brasil. De acordo com Lopes: “[...] Para cumprir essa meta foi lançado o Programa Brasil Alfabetizado, por meio do qual o MEC contribuirá com os órgãos públicos estaduais e municipais, instituições de ensino superior e organizações sem fins lucrativos que desenvolvam ações de alfabetização” (LOPES, 2010, p. 08).

Observa-se, no entanto que as metas de erradicar o analfabetismo não ocorreram no período previsto e, sendo assim houve uma reorganização do PBA por meio do Decreto n.º 6.093, de 24 de Abril de 2007, em que se estabeleceram novos critérios visando à universalização da Educação de Jovens e Adultos a todos os cidadãos brasileiros.

1.3 LEGISLAÇÃO VIGENTE PARA EJA.

A educação brasileira sofreu alterações significativas ao longo do século XX, saindo de uma situação na qual, legalmente e socialmente, o sujeito ser escolarizado não era algo necessário e obrigatório, para tornar-se um direito fundamental de todos e todas. A educação escolar não era prioridade para a maioria dos filhos e filhas dos trabalhadores ou demais pessoas que viviam em condições desfavoráveis, sendo a mão-de-obra das crianças e jovens necessárias para o sustento da família.

Esta condição histórica, atrelada a outros fatores, gerou um processo de exclusão ao processo educacional de milhões de brasileiros, em todas as regiões brasileiras, sendo mais complexa esta situação nos espaços no qual a urbanização e o desenvolvimento social ocorreram de forma significativa.

Embora a legislação seja um tema árido e muitas vezes considerado um tema “chato”, através dos marcos legais de uma sociedade é possível analisar as representações sobre diferentes campos da vida e das formas de organização da mesma.

Os documentos legais, em especial as constituições, encerram em si as concepções de determinado tempo sobre a forma de ordenação e definição do que é ser sujeito, cidadão e de que pertencimento a tal organização e modo de vida social. Analisar as constituições é analisar também uma determinada concepção de direito e de sociedade.

Um dos mais graves problemas da educação em nosso país é sua distância em relação à vida e a processos sociais transformadores. Um excessivo academicismo e um anacronismo em relação às transformações existentes no Brasil e no resto do mundo, de um modo geral, condenaram a Educação Fundamental, nestas últimas décadas, a um arcaísmo que deprecia a inteligência e a capacidade de alunos e professores e as características específicas de suas comunidades. Esta diretriz prevê a responsabilidade dos sistemas educacionais e das unidades escolares em relação a uma necessária atualização de conhecimentos e valores, dentro de uma perspectiva crítica, responsável e contextualizada. (BRASIL, 1998, p. 11).

A primeira Constituição Brasileira foi produzida no regime imperial, datada de 1824. Essa Constituição manteve-se por todo o governo imperial, sendo substituída somente após a mudança do regime político com a proclamação da república.

Em um primeiro olhar podemos dizer que o direito a educação estava garantido nessa constituição, mas não efetivamente. Somente aos cidadãos esse direito era

assegurado, sendo que os cidadãos eram considerados somente pessoas livres ou libertas, ou seja, uma pequena parcela da população efetivamente conseguia ter acesso aos níveis elementares de escolarização.

Com a mudança de regime político, em 1889, com a proclamação da república, não veio esta mudança acompanhada de melhorias para o quadro educacional; ao contrário, descentralizou-se o direito, colocando os indivíduos e aos estados o dever de buscar e desenvolver a educação. Na primeira constituição do Brasil República, fica a cargo, então, de acordo com a constituição de 1891, do Congresso Nacional o papel de criar os espaços de ensino, conforme descrito a seguir:

Art 35 – Incumbe, outrossim, ao congresso mais não privativamente:

- 1º) velar na guarda da constituição e das leis e providenciar sobre as necessidades de caráter federal;
- 2º) animar no País o desenvolvimento das letras artes e ciências, bem com a imigração, a agricultura, a indústria e comércio, sem privilégios que tolham a ação dos Governos locais;
- 3º) criar instituições do ensino superior e secundário nos Estados;
- 4º) prover a instrução secundária no Distrito Federal. (CAMPANHOLE; CAMPANHOLE, 1999, p. 759).

A Constituição de 1891 instituiu o sistema federativo de governo e consagrou a descentralização política e administrativa. Os Estados, regidos por Constituição própria, passaram a ter autonomia para eleger os seus governantes, realizar transações financeiras externas, organizar suas próprias forças policiais e legislar sobre questões fundamentais como a educação.

As leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional constituem o marco regulatório da educação, definindo a organização, as formas, as modalidades, as nomenclaturas, tempos, idades, enfim, organizando as práticas nacionais para a oferta da educação em seus diferentes níveis.

O direito à educação parte do reconhecimento de que o saber sistemático é mais do que uma importante herança cultural. Como parte do patrimônio cultural, o cidadão torna-se capaz de se apossar de padrões cognitivos e formativos pelos quais tem maiores possibilidades de participar dos destinos de sua sociedade e colaborar na sua transformação. Ter domínio de conhecimentos sistemáticos é também um patamar *sinequa non* a fim de poder alargar o campo e o horizonte desses e de novos conhecimentos. O acesso à educação é também um meio de abertura que dá ao indivíduo uma chave de autoconstrução, de reconhecimento em relação à capacidade de ter opções consistentes e críticas e de estima de si (CURY, 2005, p. 20).

Diferentemente das constituições, que ao longo da República tiveram várias versões, no que se refere às Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, temos somente duas nesse mesmo período histórico. A primeira LDB é datada de 20 de dezembro de 1961, conhecida como a Lei 4.024. E a outra LDB é a vigente atualmente, definida pela Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

No período do Estado Novo e sua constituição, afirma-se ser a competência da União à fixação das bases e a determinação dos quadros da educação. Partindo desse pressuposto, o ministro da educação da época, Gustavo Capanema, elabora e implanta as Leis Orgânicas do Ensino, através de decretos lei, no período de 1942 a 1946.

Através desse conjunto de decretos lei definiu-se o ensino secundário, o ensino industrial, agrícola, primário e normal. Também foram criados o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) em 1942; o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) EM 1946, ficando ambos sob o controle do setor empresarial e comercial correspondente. Importante destacar nesse conjunto de leis orgânicas a seguinte, que apresenta o primário supletivo:

O decreto-lei nº 8.529 de 2/1/1946, Lei Orgânica do Ensino Primário, reserva o capítulo III do título II ao curso primário supletivo. Voltado para adolescentes e adultos, tinha disciplinas obrigatórias e teria dois anos de duração, devendo seguir os mesmos princípios do ensino primário fundamental (BRASIL. 2000, p. 19).

Em 1946, com fim da ditadura do Estado Novo, com o novo governo e a nova Constituição, temos pela primeira vez a expressão “diretrizes e bases”, remetendo-se à educação nacional. Os exames citados nessa legislação poderiam ser aplicados tanto pelas escolas oficiais como pelas privadas, desde que devidamente autorizadas pelos respectivos Conselhos ou Secretarias.

Vale lembrar que o golpe militar de 1964, modifica as relações entre a sociedade e o Estado, com um “espírito modernizador” e repressor dos movimentos de contestação. Dentro desta concepção modernizadora, o analfabetismo dos adultos era um problema a ser enfrentado, pois com a industrialização as exigências por mão de obra mais qualificada tornava-se crescente.

Como forma de atender a esta demanda de analfabetos, é criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) através da Lei 5.379/67, com o objetivo de erradicar o analfabetismo do país, que na década de 1960 contava com uma

população de 15.964.000 analfabetos. O MOBRAL existiu durante todo o regime militar, sendo extinto na década de 1980, deixando um estigma para muitos adultos, pois frequentar este “programa” tornou-se, em determinados locais, sinônimo de ignorância e miserabilidade. Ainda hoje, muitas vezes, ouvimos determinadas piadas e brincadeiras que recomendam a pessoa “volta ao MOBRAL”, dependendo de suas dificuldades de aprendizagem.

O regime autoritário implementado em 1964 necessitava adequar também à educação escolar aos princípios do novo governo. Dessa forma, modificou a LDB de 1961: a primeira mudança ocorre em 1968 com a Lei 5.540, mais conhecida como reforma universitária, pois tratava especificamente sobre o tema.

Após ter sido deflagrada e aprovada a reforma do ensino universitário, o ensino primário e o médio tornam-se o alvo dos militares no poder. Primeiramente o ensino supletivo, como foi chamado nessa legislação, teve um capítulo próprio com cinco artigos. Vejamos a formulação da Lei 5.692 no que se refere ao ensino de adultos:

Um deles dizia que este ensino se destinava a “suprir a escolarização regular para adolescentes e adultos, que não tinham seguido ou concluído na idade própria”. Este ensino podia, então, abranger o processo de aprendizagem, a qualificação algumas disciplinas e também atualização. Os cursos poderiam acontecer via ensino a distância, por correspondência ou por outros meios adequados. Os cursos e os exames seriam organizados dentro dos sistemas estaduais de acordo com seus respectivos Conselhos de Educação. Os exames, de acordo com o art. 26, ou seriam entregues a “estabelecimentos oficiais ou reconhecidos” cuja validade de indicação seria anual, ou “unificados na jurisdição de todo um sistema de ensino ou parte deste”, cujo o polo seria um grau maior de centralização administrativa. E o número de horas, consoante o art. 25, ajustar-se-ia de acordo com o “tipo especial de um aluno a que se destinam” resultando daí uma grande flexibilidade curricular (BRASIL, 2000, p. 21).

Nessa legislação abre-se a possibilidade dos cursos acontecerem à distância ou por meios adequados, embora esta concepção não esteja clara no texto. Importante observarmos que muitas das práticas pedagógicas desenvolvidas em EJA, na atualidade, estão com suas bases na concepção de suplência oriundas da Lei 5.692, em especial as que matem suas propostas de trabalho à distância ou semipresencial.

Retomando nossa trajetória legal, com o processo de abertura política na década de 1980 iniciaram-se os debates sobre a educação nesses tempos de democracia, antes mesmo da nova constituição. A redemocratização mobilizou os diferentes setores da sociedade que desejavam estar contemplados no novo texto

constitucional. A nova LDB resultante desse processo passa por um longo caminho até ser aprovada em dezembro de 1996: decorreram-se quase 10 anos.

Centrando o olhar acerca da educação de jovens e adultos, um dos grandes avanços foi a EJA finalmente ser compreendida e incorporada como uma modalidade de ensino dentro da Educação Básica, deixando assim de ser considerada uma suplência e de estar fora do chamado ensino regular. Mais uma expressão que herdada da Lei 5.692 e que é precioso desconstruir: a EJA é tão regular como o ensino ministrado às crianças e adolescentes que estão na idade considerada como “correta” na relação idade/série. No contexto da LDB 9.394/96 há capítulos específicos para a EJA:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudo no ensino médio na idade própria.
 1º Os sistemas de ensino assegurados gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.
 2º O poder político viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.
 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (Nova Redação – Lei 11.471(18/07/2008))
 Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.
 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:
 I – no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;
 II – no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.
 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames (BRASIL, 1996).

Em 2008 ocorre a modificação do texto original do artigo 37 na busca pela articulação dos cursos de EJA com a educação profissional, a partir das orientações e encaminhamentos da política do governo federal sobre a expansão das escolas do ensino técnico profissionalizantes.

Embora considerada uma modalidade, a legislação aprovada na sequência (no caso o FUNDEF), não incorpora a EJA e demais modalidades como ensino médio. Mais uma luta que a EJA necessitou e necessita ainda, que a busca pela equidade no funcionamento, pois muitas ações e propostas não são desenvolvidas devido, muitas vezes, à falta de um financiamento maior.

Desse modo, a EJA é entendida como dívida social, um direito negado em determinado momento histórico a jovens e adultos, e os poderes públicos são chamados a buscar formas de recompor esse direito através da legislação. Atender jovens e adultos não mais com campanhas ou programas, mais com propostas apropriadas e de acordo com as necessidades desses sujeitos históricos.

Atualmente a concepção proposta para a EJA é a busca por metodologias que não venham novamente repetir o processo fracasso escolar, muito menos formas aligeiradas de reprodução e adequação de conteúdos trabalhados no ensino fundamental ou médio, com os sujeitos, nas suas respectivas idades/séries correspondentes.

O parecer CNE/CEB 11/2000 aponta a necessidade de compreensão da mudança do estatuto da educação de jovens e adultos, não somente no ordenamento jurídico, mas na própria concepção do que vem a ser esta EJA (BRASIL, 2000). Um ponto de ruptura fundamental para a ressignificação das práticas de escolarização realizadas ao longo do século XX.

Face ao deslocamento de atribuições e em que pese a determinação financeira constitutiva da lei nº 9.424/96, uma vez que as matrículas da EJA não fazem parte do cálculo do FUNDEF, a Lei nº 9.394/96 rompe com a concepção posta na Lei nº 5.692/71, seja pelo disposto no art. 92 da nova concepção da ELA. Desaparece a noção de Ensino Supletivo existente na Lei nº 5.692/71.

A atual LDB abriga no seu Título V (Dos Níveis e Modalidades de Educação e Ensino), capítulo II (Da Educação Básica) a seção V denominava Da Educação de Jovens e Adultos. Os artigos 37 e 38 compõem esta seção. Logo, a EJA é uma modalidade da educação básica, nas suas etapas fundamental e média (BRASIL, 2000, p. 26).

Partindo desta mudança de concepção, o Parecer, na relatoria de Cury, apresenta três funções para a EJA nesta nova configuração proposta: reparadora, equalizadora e qualificadora.

A **função reparadora**, como a própria nomenclatura nos remete, busca reparar o direito negado a esses sujeitos, reconhecendo assim a perda do direito a um bem real, social e simbolicamente pertinente. Principalmente os sujeitos privados do acesso ao reconhecimento da leitura e da escrita, veem-se assim excluídos de uma determinada comunidade de sentidos, tornando-se invisíveis e sendo visibilizados nesse processo.

A **função equalizadora** da EJA vai dar cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais como dinas de casa, migrantes, aposentados e encarcerados. A equidade é a forma pela qual se distribuem os bens sociais de modo

a garantir uma redistribuição e alocação em vista de mais igualdade, consideradas as situações específicas. “Possibilita ao indivíduo jovem e adulto retomar seu potencial, desenvolver suas habilidades, confirmar competências adquiridas na educação extraescolar e na própria vida, possibilitar um nível técnico e profissional mais qualificado” (BRASIL, 2000, p. 10).

Fechando as três funções da EJA, chegamos a função qualificadora, talvez a mais difícil de ser efetivada, devido ao seu caráter permanente de aprendizagem, que os sistemas de ensino não propiciam ao centrar suas práticas na certificação escolar. Mas por que dizer que há esse caráter permanente?

Dentro deste caráter ampliado, os termos “jovens e adultos” indicam que, em todas as idades e em todas as épocas da vida, é possível se formar, se desenvolver e constituir conhecimentos, habilidades, competências e valores que transcendam os espaços formais da escolaridade e conduzam à realização de si e ao reconhecimento do outro como sujeito (BRASIL, 2000, p. 10-11).

A educação apresenta-se como uma das potencialidades para o efetivo exercício da cidadania em nossa sociedade atual, cada vez mais marcada pelas rápidas mudanças e as inovações técnicas e tecnológicas, que desafiam os sujeitos a se manterem atualizados a todo o momento.

No cenário histórico de desenvolvimento da EJA dentro das redes de ensino, é fundamental analisarmos as mudanças geradas no século XXI, com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva (partido dos trabalhadores) para a presidência da República em 2002. Com o governo de Lula, uma das medidas para além dos programas de alfabetização, buscou a articulação de uma política para atender as demandas da educação continuada, em seus diferentes níveis, e da diversidade, com a criação, dentro da estrutura do Ministério da Educação da SECAD. A Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade “nasce” em julho de 2004.

A SECAD tem como objetivo contribuir para a redução das desigualdades educacionais por meio da participação de todos os cidadãos em políticas públicas que assegurem a ampliação do acesso à educação, lançando, nos últimos anos, editais com o objetivo de fomentar a pesquisa e o desenvolvimento da formação inicial continuada de professores e professoras na EJA, por exemplo.

Além da SECAD, o governo passa a garantir, através da Secretaria de Educação Profissional Tecnológica (SETEC), o direito e o acesso de jovens e adultos

na rede federal de ensino, até então ausente ao entendimento desta demanda na maioria dos estados, através do PROEJA.

Originário do Decreto nº 5.478, de 24/06/2005, e denominado inicialmente como Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos, o PROEJA expôs a decisão governamental de atender à demanda de jovens e adultos pela oferta de educação profissional técnica de nível médio, da qual, em geral, são excluídos, bem como, em muitas situações, do próprio ensino médio. [...] Assim, essas experiências, em diálogo com os pressupostos referenciais do programa, indicavam a necessidade de ampliar seus limites, tendo como horizonte a universalização da educação básica, aliada à formação para o mundo do trabalho, com acolhimento específico a jovens e adultos com trajetórias escolares descontínuas. (BRASIL, 2007b, p. 12).

Outro programa implementado em 2005 é o ProJovem Campo – Saberes da Terra, que oferece qualificação profissional e escolarização aos jovens agricultores de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental. O objetivo é ampliar o acesso e a qualidade de da educação à essa população historicamente excluída do processo educacional, mas com o cuidado de respeitar as características, necessidades e pluralidade de gênero, étnico-racial, cultural, geracional, política, econômica, territorial e produtivas dos povos do campo.

No espaço das cidades, surge o ProJovem Urbano, destinado a tender jovens entre 18 e 29 anos, alfabetizados, mas que não concluíram o ensino fundamental. O curso tem a duração de 18 meses, que além da formação de ensino fundamental, oferece cursos de iniciação profissional, aulas de informática e um auxílio mensal de R\$ 100,00 durante o curso.

Outra inovação do governo em fins da primeira década do século XXI foi o lançamento do Programa Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos (PNLD-EJA), com o objetivo de avaliar, adquirir e distribuir boas obras para todos os alunos do ensino fundamental do sistema educacional público e do Programa Brasil Alfabetizado (PBA). Este programa inclui os anos iniciais e finais do ensino fundamental distribuindo obras e coleções para alfabetizando das redes públicas de ensino e do PBA.

A legislação vigente define a educação de jovens e adultos como uma modalidade dentro da Educação Básica, com uma regulamentação própria, colocando-a em igualdade com as demais modalidades. A educação de jovens e adultos torna-se, assim, uma modalidade regular, ofertada presencialmente,

semipresencial ou à distância, levando em consideração para sua oferta as necessidades e especificidades do público de direito.

O FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) reforçou essa dificuldade ao não incluir a EJA como parte do seu financiamento. Embora o artigo 212 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1989) determine que estados, Distrito Federal e municípios devem aplicar, no mínimo, 25% de suas receitas de impostos em educação, a vinculação de atendimento às modalidades prioritárias muitas vezes levou a EJA a ser mantida novamente em segundo plano.

Como forma de ampliar os recursos à educação e suprir estados e municípios com dificuldades orçamentárias, o Estado brasileiro adota na década de 1990 a política de fundos, como forma de direcionar parte da arrecadação para a manutenção e o desenvolvimento da educação. Com o fim da vigência do FUNDEF em 2006, o desafio do governo era propor uma nova forma de fundo.

Assim, em 19 de dezembro de 2006 é instituído, pela Emenda Constitucional nº 53, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da educação (FUNDEB). Um fundo de natureza contábil, regulamentado pela Medida Provisória nº 339, posteriormente convertida na Lei nº 11.494/2007. A implantação do FUNDEB foi iniciada em 1º de janeiro de 2007, de forma gradual e concluída em 2009, atendendo o universo de alunos da educação básica pública presencial, a partir dos dados do Censo Escolar. Assim os percentuais de receitas que compõem este fundo alcançaram o patamar de 20% da contribuição.

Trabalhar com a educação de jovens e adultos é assumir o compromisso também de utilizar-se do conhecimento adquirido para intervir na realidade e promover uma educação de jovens e adultos pública, gratuita e de qualidade.

1.4 AS DIFICULDADES E DESAFIOS ENCONTRADOS PELOS ALUNOS E PROFESSORES DA EJA

O jovem e adulto, ou seja, o educando da EJA, já concentra em si um contexto histórico, uma realidade social. São os que voltam as escolas porque procuram melhorar suas vidas, através do processo aprendizagem.

Os jovens e adultos trabalhadores lutam para superar suas condições precárias de vida (moradia, saúde, alimentação, transporte, emprego, etc.) que estão na raiz do problema do analfabetismo. Para definir a especificidade de EJA, a escola não pode esquecer que o jovem e adulto analfabeto é fundamentalmente um trabalhador – às vezes em condição de subemprego ou mesmo desemprego [...]. (GADOTTI, 2008, p. 31).

São realidades distintas a cada aluno, pois vivem num mundo de trabalho, família, grupos, são responsabilidades tantos sociais quanto familiares, com valores morais e éticos criados a partir da experiência pessoal, do lugar onde vive e da realidade sociocultural em que estão inseridos.

O senso comum, o valor pelo cotidiano, corriqueiro, o saber das ruas, o desafio para enfrentar os problemas diários confrontam com o conhecimento transmitido pela escola. É um conhecimento sim, elaborado, mas não é sistematizado, não possui a valoração necessária no mundo letrado, e nem sempre é percebida sua importância pelo próprio aluno. Ademais, muitos dos alunos, enfrentam problemas de saúde, como baixa visão, pouca audição ou muitas outras enfermidades que prejudicam o assimilar do conhecimento.

Conforme pensa Paulo Freire, que apresentava em seus estudos como fundamental característica da EJA “o sujeito como ator de seu próprio aprendizado”, educando para conscientização, pela formação de sujeitos críticos, educação pela liberdade. O aluno precisa do amparo da escola para sobreviver, para atingir seus objetivos, satisfazer seus anseios.

Muitas vezes a escola se apresenta aos alunos como um pesado elefante. A primeira impressão deixada para o estudante é de alguma coisa impossível de ser ultrapassada. Poucos terão a alegria e certeza de poder enfrentar esse peso, mais próximo do desgosto do que felicidade. (WERNECK, 1999, p. 23).

Muitas vezes os alunos vêm para a escola com problemas, oprimido, baixa autoestima, por vezes pela condição de excluído, de retardatário, que chega à escola cansado, e diante de uma situação nova, e diferente, sente-se oprimido e desestimulado a acreditar que são capazes.

Essa realidade que o educando encontra no jovem e adulto é diferente no ensino regular, onde as crianças, no seu tempo, assimilam, absorvem com a naturalidade que lhe é peculiar. A grande maioria dos alunos da EJA possui baixo desenvolvimento cognitivo, o que pode ser explicado como causa neurológica ou pelos fatores mais diversos, como ambiente, sociedade, cultura.

[...] os problemas de aprendizagem não são restringíveis nem a causas físicas ou psicológicas, nem a análises das conjunturas sociais. É preciso compreendê-los a partir de um enfoque multimensal, que amalgame fatores orgânicos, cognitivos, afetivos, sociais e pedagógicos, percebidos dentro das articulações sociais. Tanto quanto a análise, as ações sobre os problemas de aprendizagem devem inserir-se num movimento mais amplo de luta pela transformação da sociedade. (SCOZ, 1994, p. 22).

Todavia esses jovens e adultos que ultrapassam a barreira da baixa autoestima e da opressão através da aprendizagem formal, como exprime Paulo Freire (Pedagogia do Oprimido) que busca a libertação através da sua práxis pela necessidade do conhecimento e reconhecimento de lutar por ela, esses, vivem num contexto de condições precárias relacionadas à saúde, alimentação, moradia, trabalho.

De tal modo, que quando o educador inicia o ensinar, não está ele diante de meros expectadores, que querem aprender, mas de gente que sobrevive em momentos e situações de dificuldades, desânimos e acima de tudo, buscam melhoria e qualidade de vida. Essa é a interpretação que faz Moacir Gadotti (2008, p. 32), que contemporiza da seguinte forma:

Um programa de educação de adultos, por essa razão, não pode ser avaliado apenas pelo seu rigor metodológico, mas pelo impacto gerado na qualidade de vida da população atingida. A educação de adultos está condicionada às possibilidades de uma transformação real das condições de vida do aluno-trabalhador. Os programas de educação de jovens e adultos estarão a meio caminho do fracasso se não levarem em conta essas premissas, sobretudo na formação do educador. (GADOTTI, 2008, p. 32).

Quando se contextualiza a dura realidade do educando nota-se que este busca condições que melhorem sua vida através dos bancos escolares, tentando recuperar o tempo perdido, tardiamente, numa idade, por vezes avançada o aprendizado que não conseguir obter anteriormente.

O trabalho do educador é árduo e complexo e desafiador, porque envolve questões das mais variadas no que concerne à educação, tendo que em vista ser distinta da educação para as crianças ou adolescentes, no ensino regular. É através do estudo, da teoria e da prática que o educador se ajudará e poderá ajudar os educandos no processo de aprendizagem, que por certo período vivenciará caso já atuou ou atue na educação infantil, de uma nova visão de ensino, uma nova realidade.

Essa pode ser a primeira das muitas dificuldades que o professor irá ou enfrentar em sala da EJA. Tal seja um mundo diferente, uma clientela diferente que busca o ensino, mas não apenas uma educação formal, a esperança de melhoria de vida, tem expectativas diferentes das infantis. E isso não é objeto inerente ao currículo na formação do professor. E quando este se depara com problemas na vida familiar, ou com rostos cansados, depois de um dia de trabalho, que busca a aprendizagem a qualquer custo. São mundos distintos, contextos diferentes, da educação infantil, como bem explica Pedro Demo (2002, p. 17):

Supõe que o professor se interesse por cada aluno, busque conhecer suas motivações e seus contextos culturais, estabeleça com ele um relacionamento de confiança mútua, tranquila, sem decair em abusos e democratismos. Trata-se sempre de aprender junto, instituindo o ambiente de uma obra comum, participativa. A experiência do aluno será sempre valorizada, inclusive a relação natural hermenêutica de conhecer a partir do conhecido. O que se aprende na escola deve aparecer na vida.

Cada educando tem uma trajetória e, no momento de ensinar, deve-se considerar essas trajetórias e leva-las para dentro da aula. Elas devem se entrelaçar à aula, fazer parte dela. Sem esquecer que cada educando tem seu tempo. No caso de jovens e adultos, isso é importantíssimo! Saber que nem todos aprenderão do mesmo modo ou no mesmo tempo. Dessa forma, percebe-se a importância de estabelecer em sala aula, plano, projeto, objetivos para que cada qual avance dentro de suas potencialidades e de acordo com o seu momento. Portanto, a postura do professor de EJA não deve negligenciar nunca o fato de que são adultos lidando com jovens ou adultos e este princípio da relação deve estar presente em nas conversas e também no material que levarão para a sala de aula. Temas, leituras, exercícios devem ilustrar e dialogar com o mundo que eles efetivamente vivem.

E complementa Gadotti que (2008, p. 17):

No mínimo, esses educadores precisam respeitar as condições culturais do jovem e do adulto analfabeto. Eles precisam fazer o diagnóstico histórico-econômico do grupo ou comunidade onde irão trabalhar e estabelecer um canal de comunicação entre o saber técnico (erudito) e o saber popular.

Uma das dificuldades apresentadas também por parte do professor é a bagagem cultural que o aluno traz consigo e as dificuldades que surgem destes e que devem ser trabalhados em sala de aula. Todavia os educadores, muitas vezes

preocupados e ansiosos em destrinchar os conteúdos curriculares, desprezam o rico conhecimento prévio do aluno.

Outra dificuldade a ser encarada com seriedade é o relacionamento afetivo entre educando e educador, conforme Buber fala (1959, apud FAZENDA, 2003, p. 38) “coloca que a verdadeira relação educadora só é possível na amizade...” e continua “o educador, guardando seu próprio lugar, do fundo do seu ser, se coloca também ao lado do aluno, vis-à-vis”.

Tal seja, é importante a amizade, a confiança, porque os educandos atribulados pelos conflitos diários, sentem-se desestimulados e perdem o interesse, o foco pelo aprender, o que através de um contato gentil, caloroso e amigável com o professor ajuda a despertar a vontade de continuar e assimilar os conteúdos propostos no processo de ensino aprendizagem. Ademais, a animosidade entre ambos dificultara a alfabetização, a permanência na escola, e frustrara os sonhos de luta pela liberdade e melhor condição de vida.

Ainda o professor precisa lidar com a baixa autoestima do aluno que muita das vezes é marginalizada, discriminado pela sociedade na qual está inserido, sentindo-se incapaz de aprender. E é dever do professor incentivar, estimular a participação desses alunos e integrá-lo no processo de aprendizagem.

A educação tem por desafio uma nova concepção de práticas pedagógicas que valorizem o senso crítico e emancipatório de seus educandos. Uma nova visão do aprender, não pautado em modelos predeterminados, mas na busca por aperfeiçoar o aprender no cotidiano, na necessidade profissional, na vivência.

Percebe-se que não uma preocupação em formar pessoas críticas, baseando o currículo da EJA no do ensino infantil, o que contraria o objetivo do estudo de jovens e adultos, pois buscam diferentes caminhos.

A educação do EJA deve buscar consolidar indivíduos atuantes na sociedade, que emitam sua opinião, que critiquem, dialoguem, e são os conteúdos relevantes, atuais e interessantes, aprimorando o senso crítico. É a falta desse método, que inviabiliza uma educação de qualidade, como bem enfatiza Pierro.

Ao focalizar a escolaridade não realizada ou interrompida no passado, o paradigma compensatório acabou por enclausurar a escola para jovens e adultos nas rígidas referências curriculares, metodológicas, de tempo e espaço da escola de crianças e adolescentes, interpondo obstáculos à flexibilização da organização escolar necessária ao atendimento das especificidades desse grupo sociocultural (PIERRO, 2005, p. 65).

Há também a dificuldade respectiva a contradição entre aprendizagem e permanência na escola, onde se exige que o aluno saiba ler e escrever, mas não são oferecidos métodos adequados e condições a isso, e há a cobrança que se eduque ao longo da vida para permanecer no mercado de trabalho, tornando-se um paradigma. Com relação a esse tema, Delors explica que:

[...], o progresso científico e tecnológico e a transformação dos processos de produção resultante da busca de uma maior competitividade fazem com que os saberes e as competências adquiridos, na formação inicial, tornem-se, rapidamente obsoletos e exijam o desenvolvimento da formação profissional permanente (DELORS, 2001, p. 45).

De certa forma o desejo de realizar, desempenhar um papel na sociedade, saber compreender o mundo das letras e números e poder usufruir um melhor emprego, melhor salário, melhor qualidade de vida, faz com que o aluno retorne a escola. Segundo Delors (2001, p. 103) “ninguém pode pensar adquirir, na juventude, uma bagagem inicial de conhecimentos que lhe baste para toda a vida, porque a evolução rápida do mundo exige uma atualização contínua dos saberes”.

São pessoas que ultrapassam a barreira da vergonha, da culpa e retornam à escola, a fim de avançar em seus conhecimentos, se sentirem preparados para os desafios no mercado de trabalho, perante a família, e perante a sociedade, que tanto cobra, discrimina sair da margem da sociedade de analfabetos e figurar como senhores de si.

Todavia, deve-se entender a educação não como mero depósito de conhecimentos, mais muito, além disso, e não se ater nas disciplinas constantes do currículo. Ler, escrever e solucionar os cálculos como forma de garantir o conhecimento, mas visar à compreensão, a análise, reflexão e modificar o aprendido, adquirido em uso útil e social, capaz de modificar-se e transformar a sociedade. Para tanto, o conhecimento deve ser arquitetado como um movimento dialético, como explana Ferreira (1990):

O conhecimento é o movimento da síntese (sensorial concreto), passando pela análise (abstração), chegando à síntese (o concreto-pensado, um novo concreto mais elaborado). A atividade analítico-sintética é indispensável ao avanço do conhecimento. A análise é a separação dos elementos particulares de um todo. A síntese é a reunificação dos elementos analisados. (FERREIRA, 1990, p. 51).

Assim, a educação que está sendo transmitida ao aluno aquém do esperado, pois tanto a metodologia quanto material de apoio são insuficientes ou inadequados, que não leva os educandos a reflexão e transformação. Desta forma, percebe-se o comprometimento dos educadores com a Educação de Jovens e Adultos, que possuem consciência da necessidade de buscar mecanismos, métodos e teorias que estimulem o público alvo a não abandonar a sala de aula.

Para que se atinja uma educação de qualidade segundo Ferreira é necessário elaborar um processo de problematização que se classifica da seguinte forma:

1º - Partir da prática concreta - Perguntar, problematizar a prática. São as necessidades práticas que motivam a busca do conhecimento teórico. Tais necessidades constituem o problema, aquilo que é necessário solucionar. Supõe, pois, identificar fatos e situações significativas da realidade imediata. 2º.- Teorizar sobre a prática - Ir além das aparências imediatas, desvelar, refletir, discutir, estudar criticamente, buscando conhecer melhor o tema problematizado. 3º - Voltar à prática para transformá-la - Voltar à prática com referenciais teóricos mais elaborados e agir de modo mais competente. (FERREIRA, 1990, p. 52.).

Muitos dos alunos deixam a escola por motivo de trabalho, ou ainda por a escola não vir de encontro com suas expectativas, e assim abandonam os bancos escolares. Muitos voltam porque tem incentivo da família, pressão no trabalho, vergonha perante a sociedade por não saber ler e escrever, exigências do mercado. E em que pese à faixa etária ser muito acima do usual na escola, jovens e adultos, a influência da família tem sido fundamental para o retorno a escola.

Com relação às disciplinas que se trabalham na escola, na maioria das vezes estão presos na leitura, escrita e operações matemáticas, mas no que confirma Silva (1991, p. 79-80) que “A leitura crítica é condição para a educação libertadora, é condição para a verdadeira ação cultural que deve ser implementada nas escolas”.

Por fim, ilustra Ferreira (1990) que:

A alfabetização, enquanto aquisição da língua escrita, não é simplesmente um ato mecânico de decodificação do código escrito, mas ocorre numa construção do conhecimento que envolve questões de ordens diversas e exige uma postura crítica para que se concretize plenamente. Alfabetização é a aquisição da língua escrita, por um processo de construção do conhecimento, que se dá num contexto discursivo de interlocução e interação, através do desvelamento crítico da realidade, como uma das condições necessárias ao exercício da plena cidadania: exercer seus direitos e deveres frente à sociedade global [...] A alfabetização passa por questões de ordem lógico-intelectual, afetiva, Sócio-Cultural, política e técnica (FERREIRA, 1990, p. 60).

De forma que, a leitura, igualmente a escrita e a fala, são importantíssimas para o desenvolvimento intelectual do aluno, pois desenvolve o senso crítico e reflexivo diante das situações do dia a dia, contribuindo para solucionar com autonomia e destreza problemas que antes de ser letrado, não conseguiria. o aprendizado é uma construção sistemática de saberes que se interligam, se desenvolvem e nessa teia de conhecimento surgem as cabeças pensantes, as melhores ideias e o progresso da sociedade.

2 A PERMANÊNCIA DO ALUNO DA EJA EM SALA DE AULA

2.1 METODOLOGIAS UTILIZADAS PELOS PROFESSORES NO ENSINO DA EJA.

Ao longo dos anos a educação brasileira tem sido influenciada por várias tendências pedagógicas cujas características causam interferência na metodologia utilizada pelos professores na sala de aula. Portanto, faz-se necessário esclarecer o que é metodologia de ensino.

A metodologia de ensino – que envolve os métodos e as técnicas – é teórico-prática, ou seja, ela não pode ser pensada sem a prática, e não pode ser praticada sem ser pensada. De outro modo, a metodologia de ensino estrutura o que pode e precisa ser feito, assumindo, por conseguinte, uma dimensão orientadora e prescritiva quanto ao fazer pedagógico, bem como significa o processo que viabiliza a veiculação dos conteúdos entre o professor e o aluno, quando então manifesta a sua dimensão prática. (ARAÚJO, 2006, p. 27).

Assim sendo, metodologia de ensino pode ser compreendida como um conjunto de ações desenvolvidas pelo professor visando alcançar os objetivos propostos, e não como um roteiro prescritivo que busca promover uma ação docente mecanizada a qual desconsidera o contexto em que o aluno está inserido. Por isso, é fundamental que o professor tenha clareza do que, para que, como e a quem está ensinando, para, a partir daí, utilizar uma metodologia que contemple as necessidades educacionais do aluno. Visto que, os conteúdos são insuficientes para promover a eficácia da aprendizagem, além de não garantir a boa qualidade do ensino, embora sejam imprescindíveis para o processo de ensino-aprendizagem. Por isso, a metodologia precisa considerar aspectos inerentes ao educando, como: seu ritmo de aprendizagem, suas vivências extra-escolares, sua faixa etária e suas potencialidades, entre outros.

O método implica um norteamento ao processo educativo no âmbito das instituições escolares, o que requer planejamento prévio e operacionalização em vista mesmo da educação humana”. No que diz respeito às técnicas de ensino, estas são descritas pelo auto como: “[...] Um conjunto de procedimentos devotados ao ensino e à aprendizagem, [...] um modo de fazer, que contém diretrizes e orientações, e que visa à aprendizagem. (ARAÚJO, 2006, p. 26).

Partindo desse pressuposto, entende-se que a técnica utilizada pelo professor precisa está em consonância com o contexto do aluno, para não se tornar inadequada.

Desta forma, ao escolher a metodologia de ensino o professor precisa estar atento ao contexto social, cultural, político, e econômico e, as necessidades educativas dos alunos de modo que esta favoreça a aprendizagem. A atividade docente requer organização e planejamento, de modo que a metodologia utilizada pelo professor facilite o processo de ensino-aprendizagem, tornando-o um processo prazeroso, mas sobre tudo eficaz. Por isso, não deve ser uma ação improvisada.

A qualidade do educador e dos meios que ele utiliza na educação de jovens e adultas influências muito na assiduidade constante do educando em sala de aula. Abordar temas pertinentes com as vivências do educando, fazer uma transdisciplinariedade entre todas as disciplinas e usar meios de mediar os conhecimentos envolvendo as relações sócio-cultural-econômica, onde o foco primordial é buscar e fixar a atenção desses educandos, pois dessa forma o aprendizado torna-se mais atraente, significativo despertando assim o interesse e o prazer, levando-os a transformação da sociedade e de sua própria identidade.

A educação de jovens e adultos deve ser constantemente uma educação de qualidade e multicultural que desenvolva a aprendizagem, integração e interação na diversidade cultural desenvolvendo assim as relações inter e intrapessoal. O jovem e o adulto esperam e querem ver resultados imediatos das suas habilidades e competências, para resgatarem a sua autoestima, pois a sua “ignorância” que muitas vezes os tornam leigos perante as informações e inovações levá-los a sentirem ansiedade, angústia e ao mesmo tempo “complexo de inferioridade” perante o contexto social.

Com base em Snyders (1990, p. 32) “O professor não deve abster de estudar, o prazer pelo estudo e a leitura deve ser evidente, senão não irá conseguir passar esse gosto para seus alunos, em suma, o professor não aprende com prazer, não ensinará com prazer”. Desta forma, se faz necessário que aqueles que se dizem educadores tenham plena convicção e consciência de que cada sujeito que passa por uma sala de aula, levará consigo, para toda sua vida, as marcas benéficas e maléficas de suas lições.

É imprescindível que os educadores sejam realmente mestres, no verdadeiro sentido do termo. E que nas suas práticas saibam: valorizar a aprendizagem do educando ouvindo suas experiências, relatos e incluindo esses saberes nas suas práxis pedagógicas, dialogar constantemente com a linguagem e tratamento propiciam ao público alvo, indagar a opinião dos educandos em relação aos temas a

serem trabalhados antes mesmo de abordá-los cientificamente, demonstrando ao educando que a leitura de mundo faz parte de seu cotidiano e do processo das habilidades do ensino e aprendizagem, entender e compreender que o promover jovens e adultos é um ato político e, no entanto ele deve saber propiciar e estimular ações para o exercício da cidadania. Portanto um educador somente troca conhecimento a partir do momento que ele está adquirindo a aprendizagem através de pesquisas, pois o verdadeiro educador é aquele que aprende e passa para ao educando o que aprendeu, contudo não se pode repassar qualquer tipo de informação ao um ser humano sem antes ajudá-lo a encontrar essa informação dentro de si.

Os adultos já possuem uma bagagem de conhecimentos, tem experiências, o que não lhes permitem ser tratados como crianças. E é a partir delas, que se forma o seu ensino aprendizagem, levando o professor a dar maior ênfase ao aluno do que a aula propriamente dita o que na maioria das vezes está completamente fora da realidade. (KNOWLES, 1970 apud FERREIRA; OLIVEIRA, 2006, p. 2).

Assim para que se compreenda este estudante jovem e adulto se faz necessário salientar que a busca de conhecimento é imprescindível para conhecer a realidade e experiência que integram o seu cotidiano. O estudo da EJA oportuniza para os jovens e adultos que se permitem aprender a aprender, compartilhar ativamente e pessoalmente de sua própria formação e identidade com intervenção e hábitos nas suas rotinas e programações, bem como nas realizações e evoluções de suas atividades educativas, em condições de igualdade e inclusão com seus companheiros participantes e com seus professores.

Contudo, propor um ensino de qualidade é importante na vida do cidadão, criar o interesse e o entusiasmo pela participação e organização coletivo, produzir, construir e reconstruir conhecimento elaborado, envolvendo todos os sujeitos do processo de ensino e aprendizagem. Mas o ensino deve estar interligado com a educação para a vida, sentir ter sentido, para cuidar e cuidar-se, portando sujeito, não é só pensamento, depende da ação mediadora, inserindo sentimentos valorizados na ética moral em prol da plena cidadania.

As práticas pedagógicas utilizadas na Educação de Jovens e Adultos devem atender os aspectos políticos, sociais e culturais, pois estes são a base de toda sociedade objetivando um ensino universal e igual para todos, tendo uma consciência de mundo, o professor procura dá ênfase a fatores relevantes que constituem uma

sociedade embasada de falsas ideologias acerca da educação, portanto, o educador, como protagonista do conhecimento, deve utilizar o seu trabalho a fim de quebrar as barreiras impostas por uma sociedade que deseja ser o centro do poder esquecendo-se daqueles que são menos favorecidos e privilegiando uma camada minoritária, aonde a educação vem exatamente para despertar o senso-crítico-reflexivo dos indivíduos.

[...] “A prática educativa, portanto é parte integrante da dinâmica das relações sociais, das formas da organização social. Suas finalidades e processo são determinados por interesses antagônicos das classes sociais. No trabalho docente, sendo manifestação da prática educativa, estão presentes interesses de toda ordem-sociais, políticos, econômicos, culturais – que precisam ser compreendidas pelos professores”. (LIBÂNEO, 1994, p. 21)

Um dos maiores empecilhos para com a educação da EJA ocorre na realidade da sala de aula. Muitas vezes a oportunidade de se expressar e se fazer sujeito ativo e autônomo é tirada deste adulto, ou jovem que já tem sua trajetória marcada por uma negação feita no passado e que até aos dias de hoje se estendem mesmo que mais discretamente. As consequências que os padrões escolares têm trazido não são poucas e, portanto, este é um dos motivos de fracasso escolar.

Assim, em relação à EJA, considerando-se o fato de ter uma clientela impar, a metodologia poderá ser um dos agentes causadores do alto índice de evasão escolar nesta modalidade de ensino, uma vez que os professores insistem em utilizar metodologias infantilizadas, sem considerar a rotina de quem estuda e trabalha. No entanto, problemas como esses podem ser resolvidos quando o professor conhece as especificidades desse público e usa do cotidiano do aluno como eixo condutor das aprendizagens, essa atitude torna-se imprescindível, para o profissional docente que optar por trabalhar com alunos da EJA, uma vez que se acredita na importância da educação, do ensino sistematizado para a promoção do jovem e do adulto não alfabetizado na atual conjuntura política, econômica e social, promovendo-o como real cidadão.

2.2 EVASÃO DO ALUNO DA EJA

Em decorrência do significativo número de alunos que se evadem da escola principalmente na Educação de Jovens e Adultos, considera-se a evasão escolar como uma séria problemática ocasionada por diversos fatores internos ou externos à escola. Contudo a evasão escolar não deve ser vista exclusivamente como fracasso para o aluno, mas também como fracasso da própria instituição de ensino, que reiteradas vezes não alcança seus objetivos, especialmente no que se refere à produtividade do estudante.

Para avançar na perspectiva de um direito efetivado é preciso superar a longa história de paralelismo, dualidade e preconceito que permeou a sociedade brasileira e as políticas educacionais para a EJA. Neste sentido, consoante a colaboração recíproca e a gestão democrática, a avaliação necessária das políticas implica uma atualização permanente em clima de diálogo com diferentes interlocutores institucionais comprometidos com a EJA. (Parecer CNE/CEB 11/2000, p.53).

Em concordância com a literatura referente à evasão escolar é imprescindível o conhecimento da realidade dos estudantes, bem como dos fatores didáticos e pedagógicos que possivelmente estejam colaborando para a sua evasão. Sendo a evasão escolar um agravante social, visto que diversos os fatores contribuem para o índice evasivo escolar, é necessário que a instituição escolar busque resgatar o aluno que permanece à margem da sociedade e desenvolva estratégias que impeçam a causa evasiva.

Considera-se que a evasão escolar acontece quando o aluno deixa de frequentar as aulas, sinalizando o afastamento das atividades escolares durante o ano letivo. Porém a escola como instituição socializadora e com profissionais capacitados tem o compromisso de desenvolver estratégias pedagógicas condizentes com a realidade do aluno evasivo a fim de resgatá-lo e assegurar a sua permanência até que finalize os seus estudos formais.

É importante que o aluno possa buscar seus caminhos de aprender e de demonstrar o que e como aprendeu. Não é uma busca solitária, angustiante, sofrida e desinteressante. Seu caminhar tem e presença constante do professor como orientador e encorajador. Não significa retirar a responsabilidade do professor e repassá-la ao aluno, mas ampliar o sentido do trabalho pedagógico, incluindo a participação do aluno. (VILAS BOAS, 2008, p. 26).

Desta forma, é de suma importância a interação entre professor e aluno. O aluno precisa ser estimulado e encorajado por seu professor no processo de aprendizagem, sendo que uma das causas mais comuns e significativas da evasão é o relacionamento professor/aluno. O bom relacionamento entre ambos auxilia o professor na sua prática pedagógica e conseqüentemente, propicia a compreensão do aluno na sua aprendizagem.

“Ensinar significa querer bem os educandos” (FREIRE, 1996, p. 159). De fato, a questão da afetividade é de grande relevância na relação professor/aluno, pois o estabelecimento de vínculos afetivos promove no convívio diário da sala de aula, a harmonia, a confiança e a segurança. Fatores estes, que facilitam a aprendizagem. Mediante o exposto é que se considera fundamental a boa atuação do professor como mediador no processo evasivo, porque é ele o profissional que está próximo ao aluno, que reconhece a realidade e necessidade bem como a dificuldade do mesmo.

Indica-se um fator significativo da instituição de ensino ao que se reporta a evasão escolar do aluno, Brandão (1993, p. 38) argumenta que, [...], “a evasão e repetência longe está de ser fruto de características individuais dos alunos e suas famílias. Ao contrário, refletem a forma como a escola recebe e exerce ação sobre os membros destes diferentes segmentos da sociedade”. Para tanto, a permanência dos alunos na escola com rendimento escolar sadio, atribui-se a forma de como a escola suporta os problemas dos mesmos.

Diante de um sistema de ensino como é atualmente, não é admissível nas escolas um quadro evasivo significativo, pois, a legislação vigente do País ampara o cidadão com direito, igualdade, permanência e qualidade de ensino para todos.

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: I – Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria: II – progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio: V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um: VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador: VII – atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (ECA, LEI Nº. 8.069/1990).

Em conformidade com a citação, remete aqui os direitos adquiridos para o cidadão concluir seus estudos formais. A Lei ampara o processo educacional O discurso da evasão escolar não “CABE” mais nas escolas por argumentos

inconsistentes, pois as mesmas são permeadas de modalidade e acesso a todos sem nenhuma distinção e com qualidade de ensino, conforme explicita a Lei acima.

A maioria dos professores associa a evasão na EJA, ao fator trabalho. Desde então, o papel do docente nesta modalidade de ensino deve ser o de ampliar o interesse dos alunos, compreendendo suas dificuldades, planejando e replanejando suas aulas com atividades significativas que promovam uma verdadeira aprendizagem, que deve ir além das aulas teóricas, expositivas, de atividades mecânicas de memorização que ele supõe ser suficiente para o aluno de EJA.

Segundo Vasconcelos, (2004, p. 56), diante da metodologia expositiva o aluno recebe tudo pronto, por isso não problematiza e não reflete e, ainda não lhe solicitado a fazer a relação com o que já conhece. Assim, o aluno acaba se acomodando, não é preciso pensar, pois os resultados já estão prontos. Essa prática não faz sentido para os estudantes, pois os se caracteriza por meramente transmissora e tradicionalista, passiva, acrítica, descontextualizada e totalmente desvinculada da realidade.

(...) a definição curricular da escola para jovens e adultos deve valorizar conhecimentos adquiridos durante a vida, além de propiciar um envolvimento da teoria a ser estudada com a prática e vivência tão farta nessa faixa etária. Refletir sobre o mundo que o cerca, crenças, costumes, relacionando teoria e prática, desvelando relações de poder existentes, propiciará uma construção significativa, além do aprendizado constante e permanente. (VASCONCELOS, 2004, p. 56).

Portanto, se a intenção é resgatar e manter o aluno de EJA na instituição de ensino até que finalize os seus estudos formais, faz-se necessário uma metodologia coerente às necessidades do estudante. A escola para Jovens e adultos deve ser um espaço de ressocialização, por meio de conteúdos trabalhados, levando em consideração seus conhecimentos prévios bem como sua experiência de vida. Para considerar como esses jovens e adultos aprendem, devemos reconhecê-los como adultos que muitas vezes apresentam uma história escolar de insucesso, que os designa como excluídos do sistema escolar, mas que são portadores de conhecimentos obtidos no contexto cultural e social a que pertencem. É nesta perspectiva, que a Educação de Jovens e Adultos deve se concretizar, tendo como ponto de partida o conhecimento de mundo do aluno.

O Parecer CEB nº 11/ 2000 que apresenta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, chama atenção para a necessidade de se observar o perfil do aluno de EJA bem como suas reais

situações como princípio da organização do projeto pedagógico das escolas que atendem jovens e adultos (CURY, 2000, p. 22).

Mediante o exposto, o professor deve estar consciente sobre a importância e responsabilidade do seu trabalho, da real necessidade de um bom planejamento, de metodologias inovadoras, de estratégias de aprendizagem adequadas que estimulem o aluno no sentido de que ensino seja mais prazeroso e dessa forma, mais produtivo. Mesmo sofrendo o impacto de trabalhar numa nova visão referente ao processo de ensino e aprendizagem, o professor precisa superar obstáculos, vencendo desafios para atuar de forma diferenciada, modificando e dinamizando suas aulas com novas práticas curriculares e metodologias inovadoras, enfim, desenvolver processos educacionais condizentes com a realidade do aluno de EJA, a fim de resgatar e manter o mesmo na escola até que conclua seus estudos formais.

2.3 OLHARES DOS PROFESSORES EM RELAÇÃO AO ENSINO DA EJA

Nas relações escolares, a forma como o professor se relaciona com o aluno reflete nas relações deste com o conhecimento e com os demais colegas, pois mesmo que não queira, o professor passa a ser um modelo seguido pelos alunos. Outra forma de demonstrar a afetividade nas relações pedagógicas é saber ouvir os alunos, estando aberto ao outro e proporcionando momentos de diálogo. Escutar significa estar disponível à fala do outro, respeitando as suas diferenças, dialogando e discordando, se for o caso. Paulo Freire (2003, p. 113-116) afirma que somente quem sabe escutar é que aprende a falar com os alunos, pois só quando o professor escuta paciente e criticamente seus alunos é que aprende a falar com eles.

Para saber o que pensam os alunos de EJA sobre a própria escola, para entender os anseios e pontos de vista dos jovens e adultos que retornam ao ambiente escolar após tempos de afastamento, é preciso dar espaço ao diálogo democrático, dar vez a sua voz, que não é valorizada suficientemente no espaço escolar, pois do contrário, uma fala autoritária silencia e dificulta o diálogo.

Saber ouvir o aluno é respeitar e valorizar a sua história, seus conhecimentos de mundo que traz consigo em sua bagagem cultural e discutir com eles a razão desses saberes em relação aos conteúdos ensinados. É ter humildade frente às diferenças e incompletudes dos alunos, seres em constante aprendizagem. É ter humildade para aceitar e saber dialogar com aquele que fala e /ou escreve de uma maneira diferente das normas padrões da

gramática. Ao reconhecer a leitura de mundo do aluno, o professor está valorizando o seu saber cotidiano. (FREIRE, 2003, p. 137).

Quando um aluno sabe que pode opinar, acaba se vendo como peça-chave no processo educacional. Além do mais, ao perceber que suas contribuições são recebidas e apreciadas, uma relação mútua de confiança é estabelecida, o que só acrescenta valor à dinâmica como um todo.

Desta forma, é de suma importância que o professor conheça a realidade de seus alunos, seu cotidiano, suas vivências, que servirão de conteúdos a serem trabalhados. A prática da ação-reflexão-ação permite ao professor lançar estratégias para o sucesso do processo de ensino-aprendizagem. Ao observar turmas da EJA é comum perceber que os professores regentes em tais turmas são geralmente professores experientes que despertam a confiança em seus alunos, e que acreditam na educação como foco de mudança.

O conhecimento na ação, ou o conhecimento tácito, seria aquele constituído na prática cotidiana do exercício profissional. Concebemos que esse é um saber que se constrói com base nos conhecimentos prévios de formação inicial, articulado com os saberes gerados na prática cotidiana, de forma assistemática e muitas vezes sem tomada de consciência acerca dos modos de construção. Para um projeto de formação numa base reflexiva, torna-se fundamental conhecer e valorizar esses conhecimentos que são constituídos pelos professores, seja através de uma reflexão teórica, seja através desses processos eminentemente assistemáticos. (LEAL, 2005, p. 114)

Quando o professor está inserido na realidade dos alunos, isso lhe dá subsídio para melhor compreender as experiências de vida dos mesmos, no entanto, atualmente essa inserção fica comprometida dada a precarização das condições de trabalho do professor, que se submete a extensivas jornadas de trabalho, perambulando por diversas escolas, sendo essas algumas dificuldades de inserção e conhecimento dessa realidade pelo professor. O professor deve compreender quem são as **famílias** de seus estudantes e estabelecer diálogo com as mesmas, estreitando relações e criando vínculos que fortaleçam o processo educativo dos estudantes.

Ele também deve levar em consideração todo o **tempo** em que o aluno está na escola, e não só na sua sala de aula, e atuar de acordo com o Projeto Político Pedagógico da escola e pensar no **currículo** de forma diferenciada. Dessa forma é importante que o mesmo permaneça em uma única escola para que o seu trabalho tenha melhores resultados.

A educação vai além dos métodos, técnicas, currículos e metodologias. Dá ênfase as dimensões e relações essencialmente humanas, que estão implicadas na educação e nos processos educacionais ao afirmar que “não há docência sem discência, ou seja, quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (FREIRE, 2003, p. 13-20).

Ensinar um aluno, segundo ele, é muito mais que simplesmente transmitir conhecimentos, é criar possibilidades para os alunos construírem seu conhecimento, de forma autônoma e crítica. O bom relacionamento na sala de aula é quase sempre tão importante quanto à variedade de métodos e recursos instrucionais utilizados. Podemos sentir que o relacionamento entre os elementos de uma classe é bom quando vemos os alunos alegres, bem humorados e seguros enquanto desenvolvem as atividades de aprendizagem.

Nas relações escolares, a forma como o professor se relaciona com o aluno reflete nas relações deste com o conhecimento e com os demais colegas, pois mesmo que não queira, o professor passa a ser um modelo seguido pelos alunos. Outra forma de demonstrar a afetividade nas relações pedagógicas é saber ouvir os alunos, estando aberto ao outro e proporcionando momentos de diálogo. Escutar significa estar disponível à fala do outro, respeitando as suas diferenças, dialogando e discordando, se for o caso.

Paulo Freire (2003, p. 113-116), afirma que somente quem sabe escutar é que aprende a falar com os alunos, pois só quando o professor escuta paciente e criticamente seus alunos é que aprende a falar com eles. Para saber o que pensam os alunos de EJA sobre a própria escola, para entender os anseios e pontos de vista dos jovens e adultos que retornam ao ambiente escolar após tempos de afastamento, é preciso dar espaço ao diálogo democrático, dar vez a sua voz, que não é valorizada suficientemente no espaço escolar, pois do contrário, uma fala autoritária silencia e dificulta o diálogo.

Saber ouvir o aluno é respeitar e valorizar a sua história, seus conhecimentos de mundo que traz consigo em sua bagagem cultural e discutir com eles a razão desses saberes em relação aos conteúdos ensinados. É ter humildade frente às diferenças e incompletudes dos alunos, seres em constante aprendizagem. É ter humildade para aceitar e saber dialogar com aquele que fala e /ou escreve de uma maneira diferente das normas padrões da gramática. Ao reconhecer a leitura de mundo do aluno, o professor está valorizando o seu saber cotidiano. (FREIRE, 2003, p. 137-139),

O professor como líder, é o responsável pelo bom relacionamento. Sua influência na sala de aula é muito grande, e a criação de um clima que favoreça ou desfavoreça a aprendizagem depende principalmente dele, as respostas e opiniões dos alunos são de fundamental importância para o professor, e mostram como eles estão reagindo às atuações em sala, as dificuldades que encontram na assimilação dos conhecimentos e na metodologia aplicada.

Segundo as Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos do Estado do Paraná (DCEs), este legado cultural trazido pelos alunos representa significativas experiências de vida adquiridas a partir do senso comum, do saber popular, no cotidiano em suas relações sociais, pois a escola não é o único lugar onde há produção e socialização dos conhecimentos.

Espera-se que o saber escolar adquirido na escola oportunize aos alunos condições de exercer a cidadania, valorizando a sua cultura de referência e ampliando-a com conhecimentos científicos para formar indivíduos “autônomos intelectual e moralmente, capazes de interpretar as condições histórico-culturais da sociedade em que vivem de forma crítica e reflexiva, impondo autonomia às próprias ações” (DCEs, 2005, p. 50).

Volta-se novamente a destacar a importância do professor nas relações pedagógicas, seja diretamente, através da afetividade nas relações professor-aluno, como também nas dinâmicas da sala de aula promovendo o debate e o diálogo ou com ações que valorizem sua cultura na escolha dos conteúdos de ensino. Indispensável também, para saber o que pensam os alunos, é ouvi-los, no sentido exato da palavra: escutá-los a sós, em grupos, informalmente, nas rodas de conversas do corredor ou por escrito e através de questionários.

2.4 FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EJA

No Brasil a formação de jovens e adultos começou, quando se viu necessário profissionalizar a nova sociedade pós-escravidão, para a recente industrialização e urbanização do país. Deste período até os dias de hoje muito se foi feito para que a Educação de Jovens e Adultos fosse vista não apenas como uma forma de habilitação para o mercado de trabalho, mas como a formação de cidadãos críticos, reflexivos e autônomos.

Segundo Arbache (2001, p. 36), a formação do professor de EJA deve ter um enfoque específico no que diz respeito ao conteúdo, metodologia, avaliação e atendimento a esse grupo tão heterogêneo de alunos.

No entanto, é conhecido que a formação inicial, ou seja, a formação acadêmica de graduação do professor para atender a especificidade da EJA é ainda incipiente. Para minimizar essa defasagem, a formação continuada ao longo da carreira profissional pode contribuir para os docentes dessa modalidade de ensino, na troca de experiências com seus pares, uma ação mais eficiente, levando-os na direção de um trabalho pedagógico preparado a enfrentar a diversidade cultural de seus alunos e, por consequência, melhorar o desenvolvimento destes. “Visualizar a educação de jovens e adultos levando em conta a especificidade e a diversidade cultural dos sujeitos que a elas recorrem torna-se, pois, um caminho renovado e transformador nessa área educacional”. (ARBACHE, 2001, p. 22).

Desse modo, para que o educador de Jovens e Adultos possa contribuir como uma aprendizagem mais significativa deve estar preparado para atender esses alunos em todas as suas especificidades e, portanto deve conhecer seus alunos e suas necessidades. Deve dispor de toda a atenção e cuidar para que aprendam a expressar-se, a expor opiniões e dar respostas, visando sempre à correção dos possíveis erros.

Sabe-se que educar é muito mais que reunir pessoas numa sala de aula e transmitir-lhes um conteúdo pronto. É papel do professor, especialmente do professor que atua na EJA, compreender melhor o aluno e sua realidade diária. Enfim, é acreditar nas possibilidades do ser humano, buscando seu crescimento pessoal e profissional. Deste modo, o professor estará auxiliando de maneira mais efetiva o processo de reingresso dos alunos às turmas de EJA. Em vista disso, essa análise remete a noção de que mudar é preciso, no entanto, deve ser um processo moldado pela transformação, que no caso do ensino, traduz-se pela aquisição de um processo mais interiorizado: a aprendizagem.

É preciso insistir que tudo quanto fazemos em aula, por menor que seja, incide em maior ou menor grau na formação de nossos alunos. A maneira de organizar a aula, o tipo de incentivos, as expectativas que depositamos, os materiais que utilizamos, cada uma destas decisões veicula determinadas experiências educativas, e é possível que nem sempre estejam em

consonância com o pensamento que temos a respeito do sentido e do papel que hoje em dia tem a educação (ZABALA, 1998, p. 29).

A Educação de Jovens e Adultos não pode ser uma sobrecarga que os alunos devem carregar; precisa sim, ser um apoio e um incentivo para melhoria de suas vidas. Para tanto, é função do educador, buscar formas de intervenção e transformação da realidade, problematizando-a, através de uma relação de diálogo constante com o educando. Em sala de aula, o importante não é depositar conteúdos, mas despertar uma nova relação com a experiência vivida.

O foco do trabalho pedagógico do professor faz toda diferença; ele deve preocupar-se com os alunos, para poder tirá-los do lugar comum, independentemente de políticas públicas e programas. Ensinar de maneira crítica depende do preparo e da formação do professor. Estes requisitos são preconizados no PARECER CNE/CNB 11/2000:

Com maior razão, pode-se dizer que o preparo de um docente voltado para a EJA deve incluir, além das exigências formativas para todo e qualquer professor, aquelas relativas à complexidade diferencial desta modalidade de ensino. Assim esse profissional do magistério deve estar preparado para interagir empaticamente com esta parcela de estudantes e de estabelecer o exercício do diálogo. Jamais um professor aligeirado ou motivado apenas pela boa vontade ou por um voluntariado idealista e sim um docente que se nutra do geral e também das especificidades que a habilitação como formação sistemática requer. (PARECER CNE/CONEB, 2000, p. 56).

Além disso, o verdadeiro papel do educador popular deve ser o de fazer com que, todos juntos, sejam levados a pensar, questionar os fatos do mundo. É importante que os alunos se vejam como parte da história e não apenas como espectadores. Para tanto, o educador deverá estimular a participação dos alunos, trazendo assuntos do interesse deles, procurando vinculares os conteúdos curriculares com aquilo que eles conhecem, mostrar a realidade como ela é, trabalhando em cima dos problemas que os cercam, preparando-os para lutar por um mundo melhor.

A escola, por sua vez, juntamente com os educadores, não poderá desconsiderar a bagagem cultural trazida pelos educandos, pelo contrário, deverá valorizá-la, pois vem de pessoas que já possuem vivências e conhecimentos, que são excluídas e discriminadas por não terem tido acesso aos saberes sistematizado e que, na maioria das vezes vão à escola após uma dura jornada de trabalho. E esta relação, num processo educativo entre adultos, mesmo considerando que um dos objetivos fundamentais da educação de adultos pouco escolarizados é o possibilitar o acesso

ao conhecimento formal, não pode reproduzir a estrutura e os conteúdos do ensino tradicional.

A maioria dos estudos sobre Educação de Adultos tem colocado, entre suas prioridades, a necessidade de formação de professores para educação tão peculiar. A inexistência de estudos sobre jovens e adultos nos cursos de formação de professores, seja em nível de 2º ou 3º graus, tem sido colocada com frequência. As próprias Faculdades de Educação começam a se dar conta nos últimos anos que seus currículos não contemplam estudos sobre a problemática do analfabetismo ou da educação de jovens e adultos, tratada, muitas vezes, como matéria espúria, com seu desenvolvimento caracterizado por descontinuidades ou como tarefa de perspectiva assistencialista ou filantrópica, e não na perspectiva de um direito de cidadania. (PICONEZ, 1995, p. 37).

Nesse sentido, pensar sobre a formação de professores, e mais especificamente os de EJA, é essencial, pois, na medida em que se têm mais professores habilitados para a escolarização de jovens e adultos, mais potencialidade a escola terá de participar de processos de mudança. Sabe-se que a formação de professores para atuar com esta faixa etária de alunos é recente. Poucos cursos estão criando habilitações ou inserindo disciplinas para tratar sobre o ensino de jovens e adultos, ou ainda programas de pós-graduação em nível de especialização com trabalhos produzidos nessa modalidade. Assim, percebe-se que o educador da EJA adquire seus saberes na prática e na formação continuada, pois, dificilmente, na formação inicial ele teve oportunidades de aprender e refletir sobre os processos de desenvolvimento do aluno adulto.

A construção curricular tem a perspectiva de desenvolver a formação dos jovens e adultos nas diversas dimensões da vida tais como, cognitiva, afetiva, ética, cultural, estética e política, construindo uma dimensão de totalidade do educando, contribuindo para a superação das dicotomias que tem caracterizado a educação que separa corpo e intelecto, por exemplo. O objetivo é promover a interação entre os sujeitos e a construção da autonomia. Construindo um currículo de EJA para a compreensão do saber como forma de emancipação.

Para que seja garantida a construção de um currículo voltado para inclusão, portanto, dialógico, dinâmico, crítico, histórico, que garanta a diversidade dos sujeitos e multiplicidade de tempos, espaços e ritmos de construção é preciso estar em sintonia com a Conferência de Hamburgo que nos aponta alguns compromissos:

Fazer-se professor de adultos implica disposição para aproximações que permanentemente transitam entre saberes constituídos e legitimados no campo das ciências, das culturas e das artes e saberes vivenciais que podem ser legitimados no reencontro com o espaço escolar. No equilíbrio entre os dois a escola possível para adultos. (MOLL, 2004, p.17).

Ainda que na educação de jovens e adultos o professor tome posições concernentes às necessidades do aluno, deve o primeiro tomar uma postura diante de sua sala combinando severidade e respeito. O processo de ensino consiste ao mesmo tempo da direção da aprendizagem e de orientação da atividade autônoma e independente dos alunos. É dever do professor controlar esse processo, estabelecer normas, deixando bem claro o que espera dos alunos no sentido de respostas positivas as atividades propostas.

Com base no exposto, torna-se determinante, repensar a atuação docente além do exercício da sala de aula, além das burocracias de preenchimento de fichas, entre outros tantos afins. Todavia, é preciso, certamente, que a formação continuada seja vista como uma etapa inerente a prática docente, visando à melhoria do ensino e o rompimento de uma visão de mundo estagnada. Porque, ser professor, é muito mais que ser apenas um profissional do ensino, mas é também ser especialista em realização política.

3 OS DESAFIOS DA PERMANENCIA DO ALUNO DA EJA: OLHARES DE PROFISSIONAIS EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE ITAITUBA-PARÁ.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA PESQUISADA

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Maria Oliveira de Mendonça, fundada em dezembro de 1985, sob a administração do então governador Jader Fontinelle Barbalho, e sob a administração do prefeito Exmº Sr. Francisco Xavier Lages de Mendonça (in memoria). Passou a ser Municipalizada de acordo com Decreto Municipal E.B 131 / 98. A Instituição fica localizada na 3ª Rua, Km 05 - S / Nº, Bairro Jardim Aeroporto – CEP 68181 – 2090 – Itaituba – Pará. C.N.P.J: 01918652/0001-72 – Código: 1510058 – 8. A Escola conta com 18 salas de aula, 01 (uma) sala de atendimento especializado, 01 (um) bebedouro hidráulico, 01 cozinha, 03 (três) depósitos, 01 (uma) secretaria, 01 (uma) sala de professores, 01 (uma) biblioteca, 01 (uma) diretoria, 01 (um) tele centro de informática, 08 (oito) banheiros e 01 (uma) quadra coberta.

A mesma possui 81 funcionários, assim distribuídos, 53 professores, 03 cuidadoras, 05 auxiliares administrativos, 07 auxiliares de serviços gerais, 05 merendeiras, 03 vigias, 01 Secretário, 01 Diretor, 2 Vices Diretores e 01 Técnico Educacional. Conta ainda, com 1401 alunos, atendendo o Ensino Fundamental regular, Educação de Jovens e Adultos e Atendimento Educacional Especializado. A mesma funciona nos três turnos (matutino, vespertino e noturno).

3.2 PROCEDIMENTOS E METODOLÓGICOS

O referido estudo é de natureza bibliográfica, uma vez que será apoiada em autores que tratam da temática em discussão. De acordo com Gil (2010, p. 29), “Na maioria das teses e dissertações desenvolvidas atualmente tem um capítulo ou seção dedicado a revisão bibliográfica que elaborado com propósito de fornecer fundamentação teórica ao trabalho”. O estudo bibliográfico tem a finalidade de aproximar a investigação do seu campo teórico.

O presente estudo é qualitativo, posto que faça uma interpretação contextualizada do fenômeno em estudo. No entendimento de Oliveira (1999, p. 117), a pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como sendo um estudo detalhado de

um determinado fato, objeto, grupo de pessoas ou ator social e fenômeno da realidade. No intuito de compreender as questões que rodeiam esse fenômeno, levantaram-se os seguintes questionamentos:

- ✓ Quais os desafios vivenciados por professores da EJA?
- ✓ Como o professor deve agir para facilitar o ensino aprendizagem dos alunos?
- ✓ Quais os desafios encontrados pelos alunos?

Esse procedimento visa buscar informações fidedignas para se explicar em profundidade o significado e as características de cada contexto em que encontra o objeto de pesquisa bibliográfica.

Os procedimentos de coletas de dados foram entrevistas, questionários com oito professores e nove alunos realizados no mês de Janeiro e Fevereiro de 2019 na Escola Municipal de 1º Ensino Fundamental Maria Oliveira de Mendonça no bairro Jardim Aeroporto km 05, Itaituba-Pará.

3.3 RESULTADOS DA PESQUISA.

3.3.1 Categoria de Alunos

Os sujeitos da pesquisa realizada foram nove alunos pertencentes às turmas da EJA, para aplicação de um questionário fechado, por estes serem atuantes nas turmas de jovens e adultos, os quais preencheram os requisitos necessários aos resultados dessa pesquisa, com idade entre 17 a 43 anos de idade, sendo cinco do sexo masculino e quatro do sexo feminino, entre os entrevistados estavam sete solteiros e dois casados. Assim os discentes entrevistados expuseram seus pontos de vista de acordo com as perguntas referentes a EJA.

Iniciamos a pesquisa perguntando aos alunos: Em que série você parou de estudar?

QUADRO 01: Em que série você parou de estudar? **FONTE:** Alunos da EJA da Escola Professora Maria Oliveira de Mendonça (2019).

ALUNO	RESPOSTAS
A1	8º série.
A2	8º ano.

A3	Parei no 6º ano
A4	8º ano.
A5	Parei no 6º ano.
A6	8º ano.
A7	4º série.
A8	6º ano.
A9	6º ano.

Quanto à pergunta em que série você parou de estudar, percebe-se que o perfil dos alunos é diferenciado, pois é formado turmas com diversas faixas etárias. Desta forma, as desistências dos alunos variam entre a 4ª série ao 8º ano.

Na sala de aula há diferentes tipos de alunos e cada um possui uma vivência diferenciada, porém, igualmente como na sala de aula do ensino regular, o aluno da EJA possui suas próprias particularidades, estes tem seu mundo, suas questões, seu trabalho, entre outros. Desta forma, são diversos os motivos que os levam a desistência dos estudos, que acabam formando turmas com alunos de diferentes idades.

Continuando a entrevista foi questionado o motivo levou o mesmo ter desistido de estudar?

QUADRO 02: Qual motivo levou você a parar de estudar? **FONTE:** Alunos da EJA da Escola Professora Maria Oliveira de Mendonça (2019).

ALUNO	RESPOSTAS
A1	Eu viajava muito.
A2	Engravidar quando estava no início do ano e tive que parar.
A3	Quando minha mãe se separou, ficou tudo bagunçado, aí não deu para eu estudar direito.
A4	Não tinha cabeça para saber o valor dos estudos.
A5	Falta de interesse mesmo, não levava a sério os estudos.
A6	Eu saía muito tarde do trabalho.
A7	Trabalho.
A8	Eu morava muito longe e não tinha bicicleta.
A9	Eu morava muito longe da escola.

O perfil do aluno da EJA é diversificado, de acordo com as respostas dos entrevistados, que revelam serem desinteressados, aqueles que vivem cansados, não querem estudar, porém, quer um diploma, pessoas que só precisam de uma

oportunidade para estudar, que mora longe da escola, como também a questão familiar, o trabalho e a distorção social.

Portanto, há uma diversidade considerável como se apresenta o aluno que procura a Educação de Jovens e Adultos na atualidade, em busca de novas oportunidades ou mesmo para realizar um sonho de mudar de vida em todos os aspectos de acordo com o que a sociedade exige.

Prosseguindo no processo de investigação, foi perguntado: Ao longo da sua vida você se sentiu discriminado por não ter os estudos completo?

QUADRO 03: Ao longo da sua vida você se sentiu discriminado por não ter os estudos completo?
FONTE: Alunos da EJA da Escola Professora Maria Oliveira de Mendonça (2019).

ALUNO	RESPOSTAS
A1	Não que eu lembre.
A2	Sim, quando eu precisei trabalhar e não tinha o estudo.
A3	Não, eu ainda não precisei muito dos estudos, mais sei que ainda serão obrigatórios para eu conseguir muitas coisas.
A4	Sim, na sala de aula mesmo, e também no bairro onde eu moro as meninas todas estudam e trabalhavam.
A5	Não, eu nunca passei por nenhuma situação dessas, até porque não passei muito tempo longe dos estudos.
A6	Sim, porque alguns trabalhos exigem formações em estudos.
A7	Sim, porque já perdi oportunidade de trabalho que tinha que ter ensino médio mesmo sabendo a função.
A8	Não, eu sempre soube fazer várias coisas, então já trabalhei em lugares que não pediam o estudo, mais já pede.
A9	Não, porque ainda sou novo e não tive muitas oportunidades.

Os dados obtidos com esta questão demonstram que alguns já se sentiram discriminados principalmente por não conseguir emprego, outros dizem ainda não ter passado por esse tipo de situação, ou não ter sentindo nenhum tipo de discriminação.

Portanto, a maioria quer ter um estudo, até mesmo para se sentir bem, para se sentir realizado, para compreender e usufruir a vida moderna, e poder sentir orgulho de si próprio, pois todos reconhecem a importância do estudo.

O que fez você retornar à escola?

QUADRO 04: O que fez você retornar à escola? **FONTE:** Alunos da EJA da Escola Professora Maria Oliveira de Mendonça (2019).

ALUNO	RESPOSTAS
A1	A necessidade de ter estudo.
A2	Precisava sustentar minha filha.

A3	Eu quis, e minha mãe também viu que eu não podia ficar sem estudar.
A4	Minha mãe me levou para igreja e lá descobrir a importância.
A5	A vontade de concluir os estudos e conseguir um emprego bom.
A6	A necessidade de melhorar de vida.
A7	Vontade minha e da minha esposa.
A8	Porque eu queria ser alguém na vida, e pela minha mãe.
A9	Minha mãe.

A maioria afirmou que são sabedores da necessidade de ter os estudos e sua importância, alguns para fazer também a vontade de seus familiares, mudar de vida, conseguir um bom emprego e sustentar sua família.

Desta forma, estudar na Educação de Jovens e Adultos trás uma série de vantagens, com acesso a escolarização e a conclusão de cursos, que preparam para o mercado de trabalho, para a sociedade e para a vida. E isso faz com que a EJA, torne-se uma opção desejada e até preferida devido às condições diversas pela clientela.

Perguntou-se ainda aos alunos: Você considera que os conhecimentos que já possui estão sendo valorizados/utilizados nas aulas?

QUADRO 05: Você considera que os conhecimentos que já possui estão sendo valorizados/utilizados nas aulas? **FONTE:** Alunos da EJA da Escola Professora Maria Oliveira de Mendonça (2019).

ALUNO	RESPOSTAS
A1	Acho que sim, é bom ter conhecimento.
A2	Sim, os professores sempre pedem a nossa opinião, é muito bom.
A3	.Sim, o pouco que eu sei sempre o professor usa, ainda mais quando é para ir à frente falar sobre alguma coisa.
A4	Sim, as aulas são bem participativas.
A5	Não, os professores chegam e passam o conteúdo deles.
A6	Alguns.
A7	Sim, porque vou aprendendo mais a entender as aulas.
A8	Não muito, depende do professor tem uns que pede a opinião é bem legal.
A9	Sim.

A questão foi devidamente respondida, onde a maioria dos entrevistados afirmam ter seu conhecimento utilizado durante as aulas, e que se sentem bem mais a vontade quando isso ocorre e que ficam mais motivados, pois as aulas tornam-se mais atrativas.

Em qualquer fase da vida escolar, o alcance de novos conhecimentos deve sempre considerar os conhecimentos prévios dos alunos. No entanto, em relação aos jovens e adultos, é primordial partir dos conceitos decorrentes de suas vivências, suas interações sociais e sua experiência pessoal. Como detêm conhecimentos amplos e diversificados podem enriquecer a abordagem escolar.

Você teve incentivo da sua família para voltar a escola?

QUADRO 06: Você teve incentivo da sua família para voltar a escola? **FONTE:** Alunos da EJA da Escola Professora Maria Oliveira de Mendonça (2019).

ALUNO	RESPOSTAS
A1	Não, só das amigas.
A2	Não, eu mesma percebi a necessidade de estudar.
A3	Eu que sempre quis mesmo, mais a minha mãe também quis.
A4	Sim, da minha mãe principalmente e do pessoal da igreja.
A5	Sim, minha mãe sempre pegou no meu pé, para eu voltar.
A6	Sim, minha família é à base de tudo.
A7	Sim, da minha esposa.
A8	Sim, da minha mãe e meu avô.
A9	Sim, da minha mãe e irmã.

Com relação à questão a maioria dos entrevistados respondeu que sim, que teve incentivo da mãe, avô, esposa, irmã, amigos e que fica bem mais fácil permanecer com se tem uma motivação da família ou de alguém próximo. Apenas um dos entrevistados diz não ter tido incentivo da família, mais que percebeu a necessidade de voltar aos estudos.

Estimular os alunos para os estudos é fazer com que a atenção e a atitude para os estudos sejam despertadas, e quando esse incentivo vem de um familiar é ainda mais valioso para o indivíduo, pois além dele sentir que é necessário e importante, ele irá ter muito mais orgulho e satisfação quando seu objetivo for alcançado.

Na sétima questão foi investigado: Já pensou em desistir, em parar? Por quê?

QUADRO 07: Já pensou em desistir, em parar? Por quê? **FONTE:** Alunos da EJA da Escola Professora Maria Oliveira de Mendonça (2019).

ALUNO	RESPOSTAS
A1	Às vezes, porque tenho filhos que tem que ficar com alguém.
A2	Sim, porque chego do trabalho e queria ficar com minha filha.
A3	Não, quero parar mais, já me atrasei e agora quero terminar.

A4	Agora não penso mais, só quero chegar cada vez mais longe se Deus quiser.
A5	Já sim, várias vezes, mais agora tenho que terminar para não me atrasar mais ainda.
A6	Não, porque o mundo está globalizado e precisa de pessoas pro mercado de trabalho.
A7	Não, porque possui muito tempo sem estudar.
A8	Sim, eu queria viver na rua, mais minha mãe briga pra eu estudar.
A9	Sim, porque trabalho na oficina e às vezes chego atrasado.

De acordo com as pesquisas, uma das causas é o trabalho, o cansaço contribui muito para que os mesmos pensem em desistir. Outros mencionaram o fato de ter filhos, que trabalham fora e ficam pouco tempo com os mesmos. Três educandos responderam que não pensam em desistir, pois quer aproveitar as oportunidades, conseguir um emprego e assim, chegar cada vez mais longe com a permissão de Deus.

Pensar em desistir é sempre uma facilidade para quem trabalha na EJA, trabalho, filhos, falta de interesse são uns dos motivos para que os alunos não continuem os estudos. A EJA vem contribuir para que essas pessoas tenham oportunidades de para escolarização. Futuramente um trabalho digno de um ser humano que almeja mudar de vida. Assim, é preciso um esforço de todos os educandos e também um empenho do sistema educacional para que mantenha essas pessoas na escola e assim persiga seus sonhos de concluir os estudos.

Agora que voltou, até onde pretende chegar com seus estudos?

QUADRO 08: Agora que voltou, até onde pretende chegar com seus estudos? **FONTE:** Alunos da EJA da Escola Professora Maria Oliveira de Mendonça (2019).

ALUNO	RESPOSTAS
A1	Até terminar o médio.
A2	Pretendo cursar uma faculdade de Biologia.
A3	Quero ser professora de geografia, então vou estudar muito ainda.
A4	Quero ir para faculdade e conseguir um trabalho para ajudar minha mãe.
A5	Até concluir tudo, quero ser um exemplo para meus irmãos.
A6	Concluir todos meus estudos, graduação e especialização.
A7	No ensino médio.
A8	Pretendo chegar à faculdade.
A9	Até na faculdade.

Todas as respostas foram positivas em relação ao futuro de seus estudos, sete dos entrevistados pretende cursar uma faculdade e chegar cada vez mais longe,

outros dois dizem querer concluir o ensino médio. Desta forma, verifica-se que todos os entrevistados pretende concluir os estudos e criam possibilidades para sua própria construção de conhecimentos.

A princípio é válido pontuar que todos estão de alguma forma se esforçando para concluir seus estudos e também cursar uma faculdade e até mesmo se especializar. Portanto, nota-se que todos reconhecem que o conhecimento é primordial na vida do ser humano e necessário para se ter uma vida digna.

Qual a sua opinião sobre o trabalho desenvolvido pelos seus professores?

QUADRO 09: Qual a sua opinião sobre o trabalho desenvolvido pelos seus professores? **FONTE:** Alunos da EJA da Escola Professora Maria Oliveira de Mendonça (2019).

ALUNO	RESPOSTAS
A1	Simpáticos, bons.
A2	Acho boa a aula, me dou bem com a maioria, e as aulas não são muito chatas.
A3	São boas, as atividades na sala é sempre uma diversão.
A4	É tudo muito bom, em grupo, sempre tudo muito simples.
A5	Falando na geral até que são bons, não é muito enjoada a aula é bem legal.
A6	São todos capacitados nas suas áreas.
A7	Muito bom o trabalho dos professores.
A8	Alguns eu gosto bastante, a aula é bem alegre, os outros não falam com ninguém, eu nem vou à aula.
A9	Muito bom.

Sobre a opinião do trabalho desenvolvido pelos professores, todos afirmam gostar da forma que os mesmos passam os conteúdos, e que se dão muito bem com a maioria dos professores. Elogiaram sobre sua capacitação e interação nas aulas que tornam bem mais atrativas motivando assim o seu alunado. Um dos entrevistados diz ainda que nem todos os professores utilizam dessa metodologia diferenciada, mais relata ser uma minoria.

Diante das diferentes formas de trabalho proporcionadas pelos docentes, muitas coisas acontecem, os discentes adquirem novas formas de conhecimentos, novas descobertas, compartilham ideias, suas potencialidades, seus limites exercitando com isso a autonomia e identidade. Sendo que, a todo tempo estamos envolvidos neste processo de ensino aprendizagem e é através das atividades a serem desenvolvidas que contribuimos para a formação da autonomia.

O que você acredita que deveria melhorar para que a educação na EJA alcance ainda mais qualidade?

QUADRO 10: O que você acredita que deveria melhorar para que a educação na EJA alcance ainda mais qualidade? **FONTE:** Alunos da EJA da Escola Professora Maria Oliveira de Mendonça (2019).

ALUNO	RESPOSTAS
A1	Acho que já é bom assim.
A2	Já acho muito bom como está mais tem alguns professores que não tem muita animação para dar aula.
A3	Eu só queria estudar à tarde, mais aqui o EJA é tem a noite.
A4	Acredito que deveria melhorar o conteúdo de alguns professores.
A5	Penso que só depende de nós alunos, porque o restante tem de tudo, professores bons, escola também.
A6	A qualidade de ensino dos professores com mais dedicação.
A7	Os alunos tinham que terminar ate o final, porque muitos desistem de estudar antes de terminar o ano.
A8	Melhorar os professores que não tem paciência com nós.
A9	Que os professores explicasse melhor mais devagar as matérias.

Segundo os entrevistados, poucos são os pontos negativos de estudar na modalidade Educação de Jovens e Adultos. Um dos entrevistados diz ter vontade de estudar no turno vespertino, porém, na instituição que o mesmo estuda só tem essa modalidade no turno noturno, relatam ainda sobre a pouca paciência por parte de alguns professores, e que gostaria que os mesmos explicassem mais devagar as matérias para um melhor entendimento, precisaria melhorar o conteúdo de alguns dos professores e que fossem mais dedicados. Dois dos entrevistados afirmam já ser um bom estudo e que só depende do interesse individual de cada aluno.

Nesse processo, o professor tem um papel fundamental, ele deve atuar como mediador do processo de construção do conhecimento, utilizando métodos que seja ativo, diálogo e crítico, possibilitando uma interação maior entre o docente e discente e favorecendo o processo de ensino aprendizagem. Além do interesse individual de cada educando buscando sempre o melhor para si próprio.

Sabe-se que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino que nasceu da clara necessidade de oferecer uma melhor chance para pessoas que, por qualquer motivo, não concluíram o ensino fundamental e/ou o médio na idade apropriada. Surge como uma ação de estímulo aos jovens e adultos, proporcionando seu regresso à sala de aula. Esta modalidade deve respeitar às

características desse alunado, dando oportunidades educacionais adequadas em relação a seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames próprios.

3.3.2 Categoria de Professores

Para essa investigação foram entrevistados oito professores. Somando cinco docentes do sexo feminino e três do sexo masculino, com idades entre 30 a 57 anos. Todos já trabalharam em outras instituições de ensino particulares e na SEMED; e tem de um a oito anos que trabalham na instituição atual e também na Educação de Jovens e Adultos. Desta forma, todos têm capacitação e experiência para trabalhar na modalidade EJA.

Qual a etapa de ensino que você leciona?

QUADRO 11: Qual a etapa de ensino que você leciona? **FONTE:** Professores da EJA da Escola Professora Maria Oliveira de Mendonça (2019).

PROF.	RESPOSTAS
P1	3ª etapa "A" geografia.
P2	3ª e 4ª etapa.
P3	2ª etapa.
P4	3ª e 4ª etapa.
P5	Educação Especial e 2ª etapa do EJA.
P6	2ª etapa.
P7	No Fundamental menor, com criança de nove anos na Educação Geral, que ministrou português e artes visuais. E na educação de jovens e adultos EJA, ministrando a disciplina de artes visuais.
P8	3ª e 4ª etapa.

Essas informações revelam o caráter e a responsabilidade de cada docente, alguns atuam em mais de uma turma. Um dos professores entrevistados atende diferentes alunos, que se encontra em séries diversas o que exige muito de sua prática didática. Quatro dos docentes atuam na 3ª e 4ª etapa, outros dois lecionam na 2ª etapa da Educação de Jovens e adultos.

Os profissionais precisam estar preparados para enfrentar as diversidades dos alunos, que geralmente é um público diferenciado que necessita de atenção por parte dos educadores, os educandos precisam de apoio para que possam se sentir motivados a continuar os estudos.

No papel de professor (a) da EJA, como você descreve um aluno Analfabeto Funcional?

QUADRO 12: No papel de professor (a) da EJA, como você descreve um aluno Analfabeto Funcional?

FONTE: Professores da EJA da Escola Professora Maria Oliveira de Mendonça (2019).

PROF.	RESPOSTAS
P1	Sim, descrevo na EJA e até no ensino médio ou superior, tem analfabetos funcionais que são aqueles alunos que sabem ler mais não conseguiu interpretar o que está lendo.
P2	O analfabetismo funcional é analisado observando a habilidade de um aluno compreender um texto, interpretar o texto e entender.
P3	Analfabeto funcional é o aluno que decodifica a leitura porém não compreende o que ler e nem consegue interpretar, todavia este é um problema que deve ser trabalhado, para que o aluno melhore cada dia mais.
P4	É aquele aluno que ler, mais não sabe o que está lendo, ele faz uma compra, por exemplo, mais não sabe fazer o cálculo matemático.
P5	Ele necessita de muita ajuda, o professor deve ter muita sabedoria para fazer com que ele não se sinta limitado e prossiga os estudos.
P6	É aquela pessoa que apresenta dificuldades na leitura e compreensão de conteúdos.
P7	Na percepção visual, eu vejo o educando com muita dificuldade para participar das aulas da EJA, uns porque não tem apoio da família, ou porque não trabalham e não tem tempo de frequentar as aulas, isso dificulta o aluno analfabeto funcional.
P8	O papel do professor é buscar soluções para minimizar a dificuldade dos alunos.

De acordo com as respostas dos entrevistados sobre o Analfabeto Funcional, percebe-se que todos eles estão informados em relação a este assunto, relatam que é aquele aluno que sabe ler, mais não consegue interpretar o que está lendo, um educando que tem dificuldades na leitura e que o professor deve usar de estratégias para que esse aluno não se sinta limitado e prossiga os estudos, como afirma o 5º professor.

Portanto, nota-se que, os professores compreendem que o aluno precisa conseguir entender aquilo que está aprendendo, mas de forma coerente para que isso tenha significado e para que realmente este aluno aprenda é necessário que o educador também pense de uma forma correta, ou seja, o educando e o educador deve estar sempre em sintonia, desta forma, pensando certo e agindo certo o número de analfabetos funcionais irá diminuir, pois o papel do educando é de grande importância, mas cabe ao educador fazer com que este aluno que ao sair da escola, tenha tido um aprendizado para toda a vida.

Quais são as maiores dificuldades desses alunos no processo de ensino aprendizagem?

QUADRO 13: Quais são as maiores dificuldades desses alunos no processo de ensino aprendizagem?
FONTE: Professores da EJA da Escola Professora Maria Oliveira de Mendonça (2019).

PROF.	RESPOSTAS
P1	Na questão das minhas disciplinas, por exemplo, geografia, os alunos têm dificuldades, pois é uma disciplina que tem que ler bastante e os alunos não gostam de ler em um exercício com questão, alguns preferem deixar as questões em branco a ler para interpretar.
P2	A maior dificuldade é a produção textual.
P3	O ensino tardio e muitas vezes a falta de interesse deles e em muitos casos a falta de contato com a leitura.
P4	O tempo que ficou parado sem estudar, as normativas através das disciplinas não consegue acompanhar o conteúdo.
P5	A falta de tempo para fazer os trabalhos, pois eles se sentem injustiçados.
P6	Na maioria das vezes a idade avançada, o cansaço, pois os mesmos passam o dia trabalhando e a dificuldade de entendimento dos conteúdos.
P7	A maior dificuldade é o acompanhamento desse aluno, que por ser analfabeto sente-se envergonhado, de ser um jovem ou adulto sem conhecimento da leitura e da escrita. Outros, já trabalham, e se diz não poder estudar, porque não lhe sobra espaço de tempo.
P8	Interpretação, entendimento e desenvolvimento dos conteúdos.

Os dados obtidos revelam que muitos dos discentes tem dificuldades em desenvolver e interpretar os conteúdos repassados, três dos professores afirmam que a maior dificuldade se dá pela falta de tempo dos alunos que por trabalharem durante todo o dia acumulam o cansaço e não sobra espaço de tempo. Outra dificuldade apontada pelos docentes enquanto professores da EJA é a falta de interesse pela leitura atrapalha muito ao resolver as questões e dificulta na produção textual que também é uma das dificuldades citadas pelos professores.

As dificuldades apontadas pelos educadores que trabalham com a Educação de Jovens e Adultos dizem respeito à realidade vivenciada na sala de aula, falta de interesse, cansaço e baixo desenvolvimento são os mais comuns. Muitos destes discentes frequentam a escola por imposição da família, desta forma, esse desinteresse por parte de alguns jovens prejudica o aprendizado dos discentes que têm mais idade e que realmente estão naquele ambiente em busca de conhecimento. Os docentes reconhecem a necessidade de se buscar meios que estimulem a aprendizagem dos alunos, mas, reconhecem as dificuldades enfrentadas em muitas escolas do Brasil que ofertam a Educação de Jovens e Adultos.

Que estratégia você utiliza para ajudar os alunos a superar as dificuldades de aprendizagem?

QUADRO 14: Que estratégia você utiliza para ajudar os alunos a superar as dificuldades de aprendizagem? **FONTE:** Professores da EJA da Escola Professora Maria Oliveira de Mendonça (2019).

PROF.	RESPOSTAS
P1	Gosto de trabalhar assuntos relacionados com o cotidiano deles, assuntos de outros estudos ou cidades, eu faço comparação com a realidade que eles vivenciam. Gosto de usar as TICS, para ajudar a compreender os conteúdos e deixar as aulas mais animadas e diferenciadas.
P2	Uso da tecnologia, com aulas diferenciadas, em ambientes como sala de vídeo.
P3	Fazer leitura todos os dias e sempre retomando leituras anteriores, explicar o que se leu para maior compreensão dos alunos.
P4	Mostrando os exemplos do seu próprio convívio social, as suas peculiaridades, sendo meios técnicos com as palavras e tornando a explicação e mais simples e divertida possível.
P5	Inicialmente a autoestima, depois colocar a importância em trabalhar com o concreto.
P6	Através de atividades diferenciadas, e um acompanhamento especial ao aluno que apresenta dificuldades.
P7	Eu trabalho o aluno de diversas maneiras: com o aprendizado através da escrita, palestras educativas, imagens, lições orais, lições escritas ou dinâmicas, jogos alfabéticos, capacitação do conhecimento, descrição e leitura.
P8	Realização de leitura, discussão e atividades coletivas.

De acordo com as respostas dos professores entrevistados, nota-se que todos eles utilizam de uma didática diversificada, fazem uso das tecnologias, palestras educativas, jogos alfabéticos, atividades coletivas, tudo para se ter uma aula dinâmica e atrativa, sendo assim uma forma de motivar os alunos a participarem das atividades.

As estratégias adotadas pelos professores são de suma importância para tornar a escola mais atrativa, e assim reduzir as desistências e ampliar a escolaridade desse público. Pois sabemos que se o estudante da EJA não se sentir atraído para as aulas, ele não permanece. Embora de modo geral sejam estudantes mais maduros, percebemos que manter a atenção e o entusiasmo ao longo do ano é uma das maiores dificuldades dos professores, então é plausível ver a atitude dos entrevistados.

Quais as maiores dificuldades em lidar com a defasagem de ensino em uma sala com Analfabetos Funcionais?

QUADRO 15: Quais as maiores dificuldades em lidar com a defasagem de ensino em uma sala com Analfabetos Funcionais? **FONTE:** Professores da EJA da Escola Professora Maria Oliveira de Mendonça (2019).

PROF.	RESPOSTAS
P1	A questão do analfabetismo funcional, não influencia tanto na questão da defasagem dos alunos. Na escola alguns alunos têm dificuldades de aprendizagem, mais se o professor

	trabalhar essas dificuldades pode ajudar na progressão do aluno. A defasagem da em casos de problema pessoais, trabalho e até amorosos.
P2	A maior dificuldade é fazer com que esse aluno chegue ao nível II, o nível da interpretação textual.
P3	A interpretação de texto, bem como a construção de texto, eles tem muitas dificuldades em contar histórias através da escrita.
P4	Fazer com que eles compreendam que os conhecimentos, é que a teoria do conteúdo se faz necessário por uma questão de agilidade ou facilidade, em desenvolver o conteúdo.
P5	A baixa estima, eles acham que não vão conseguir aprender. É necessária muita paciência para poderem acompanhar os demais.
P6	É a falta de compreensão de alunos mais jovens, onde os mesmos demonstram não ter respeito pela sala de aula.
P7	A maior dificuldade é o apoio que o aluno muitas vezes busca nos familiares e não encontra, fica difícil para o professor educar o aluno que muitas vezes não tem espaço para desenvolver o seu aprendizado, pois precisa trabalhar e não tem cooperação dos familiares.
P8	Pode haver atraso nos conteúdos; diminuição nos conteúdos.

Um dos pontos destacado pelos docentes diz respeito à interpretação e ao desenvolver o conteúdo textual, a paciência para acompanhar os demais, pode haver atraso nos conteúdos. A falta de apoio da família também foi citado por um professor. Portanto, a baixa frequência dos alunos nas aulas prejudica todos e acaba dificultando o desenvolvimento do ensino aprendizagem.

O retorno à sala de aula nasce da motivação do sujeito buscar se especializar educacionalmente a fim de buscar um trabalho com maior remuneração e que lhes garanta um futuro melhor, porém, esse muitas vezes se torna o mesmo motivo para que haja a baixa frequências nas aulas, dificultando assim os desenvolvimento dos mesmos, entre outros motivos, como a falta de apoio da família que torna ainda mais difícil para o professor obter bons resultados quando não se tem essa parceria, e também a falta de interesse do próprio aluno dificulta muito o trabalho dos professores.

Segundo pesquisas, o Brasil tem 27% de sua população entre 15 e 17 anos de Analfabetos Funcionais. Em sua opinião por que é tão grande essa defasagem?

QUADRO 16: Em sua opinião por que é tão grande o número de Analfabetos Funcionais no Brasil?
FONTE: Professores da EJA da Escola Professora Maria Oliveira de Mendonça (2019).

PROF.	RESPOSTAS
P1	O Brasil se preocupa muito com o tal do IDEB. O governo quer saber de números, ele quer saber de quantidade e não de qualidade do ensino. As causas poderia passar a noite escrevendo, pois, são muitas, a começar pelas péssimas condições de lecionar, salas quentes, superlotadas e por aí vai.

P2	A falta de habilidade no campo da leitura de diferentes tipologias textuais e gêneros textuais.
P3	Acontece porque, boa parte da população principalmente do interior, precisa trabalhar desde cedo para ajudar no sustento da família, uma outra parte são alunos que passam parte dos anos escolares brincando na sala de aula, assim o tempo vai passando e eles acabam chegando em idade de EJA sem passar de ano.
P4	Essa porcentagem é por falta de política pública, voltada para essa formação de que vivemos no mundo globalizado, os maiores culpados são os governantes que usou dessa fragilidade da sociedade para se beneficiarem em seus cargos políticos.
P5	A necessidade de ser inserido no mercado de trabalho muito cedo, jovem.
P6	Em alguns casos, porque esses não tiveram a oportunidade de frequentar a sala de aula, muitas vezes por ter que trabalhar.
P7	Os maiores culpados são os governantes do país, que não tem implementação de políticas públicas para melhorar a vida da população e avançar a educação para que todos educadores, ministrem uma educação de qualidade no país.
P8	O crescimento desordenado das cidades, falta de transporte escolar, tardia na escola pública, em alguns casos, alunos mal alfabetizados, dependência de disciplinas, exigência de aprovação pelos gestores, indisciplina, falta de motivação ao profissional educacional.

Quando se trata da grande porcentagem de analfabetos funcionais no Brasil, os entrevistados ressaltam diversas opiniões, entre elas, o governo é acusado como maior culpado por esta situação, a falta de políticas públicas para melhorar a vida da população e ter uma educação de qualidade. Um dos entrevistados destaca que uma boa parte da população principalmente do interior, deixam de estudar para trabalhar, ajudar a família e acabam deixando os estudos. Outra parte são alunos que passam parte dos anos escolares brincando na sala de aula, assim o tempo vai passando e eles acabam chegando em idade de EJA sem passar de ano.

Esta, certamente, deva ser uma realidade vivenciada por professores que trabalham com a EJA, isso porque, muitos discentes são jovens e adultos, que têm filhos e precisam trabalhar muito jovens para assumir as despesas familiares e quando o governo deixa de fazer sua parte dificulta ainda mais. Vale ressaltar que não é fácil conciliar estudo, trabalho e família. Desta forma, se faz necessário que todos façam sua parte para que assim tenhamos uma educação de qualidade.

Como esses alunos são avaliados? (provas, relatórios, trabalhos e grupos).

QUADRO 17: Como esses alunos são avaliados? (provas, relatórios, trabalhos e grupos). **FONTE:** Professores da EJA da Escola Professora Maria Oliveira de Mendonça (2019).

PROF.	RESPOSTAS
--------------	------------------

P1	Nosso país gira em torno de provas, o Brasil avalia tudo através de provas, é prova da ANA, Provinha BRASIL, ENEM e etc. E quer que o professor avalie o aluno de forma diferenciada. Mais como o professor vai fazer isso, se o governo exige prova em tudo?
P2	Avaliação continua.
P3	Através de provas, trabalhos individuais e em grupos, bem como através do interesse, pontualidade e assiduidade na execução de tarefas, enfim, o aluno é avaliado desde o momento que ele adentra a sala de aula, até a saída.
P4	Trabalhos coletivos e individuais, seminários e avaliações escritas e orais.
P5	De diversas formas, trabalhos em grupo, trabalhos.
P6	Através de trabalhos em grupos ou individuais, provas, atividades no caderno.
P7	Eles são avaliados de diversas formas, as aulas descritas, são avaliadas através das atividades classe, extraclasse, leitura e participação estão válidos como avaliação.
P8	Provas, relatórios e atividade individuais.

A ação pedagógica dos professores para que haja um aprendizado eficaz, segundo as respostas dos entrevistados, são bem diversificados, de acordo com as possibilidades, pois usa-se o que tem em mão e o que a disciplina requer. São também utilizados, trabalhos individuais e em grupo, seminários.

Um dos entrevistados ressalta que o Brasil avalia tudo através de provas, prova da ANA, Provinha BRASIL, ENEM e assim dificulta para o professor obter um resultado bom sem avaliar todo o contexto do educando.

A diversidade em sala de aula nessa modalidade é variada e muito válida, pois esse público costuma ser diverso, por isso é necessário o professor estar atento com seus conteúdos para a diversidade que compõem a realidade da EJA.

Como é a relação entre aluno-aluno, no caso de uma sala onde existem Analfabetos Funcionais e alunos alfabetizados? Existe preconceito entre os alunos?

QUADRO 18: Como é a relação entre aluno-aluno, no caso de uma sala onde existem Analfabetos Funcionais e alunos alfabetizados? Existe preconceito entre os alunos? **FONTE:** Professores da EJA da Escola Professora Maria Oliveira de Mendonça (2019).

PROF.	RESPOSTAS
P1	Os alunos não ligam muito para questão, pois a maioria dos alunos tem uma certa dificuldade com a aprendizagem, as vezes eles brigam um com o outro, mais como são amigos de infância, levam na esportiva.
P2	Essa questão não é nem discutida em sala de aula, pois se consideram alfabetizados os alunos que chega ao nível III.
P3	Tem muitos problemas, porque os que não sabem, demoram a desenvolver, e os que sabem não tem paciência para espera-los e os tratam de certa forma com preconceito.
P4	Esta relação atrapalha o ensino aprendizagem, pois existe o preconceito e muitos deles acabam desistindo devido a essa virtude.
P5	Geralmente os alfabetizados, tentam ajudar os que não sabem que tem dificuldade.

P6	Na maioria das vezes existe o preconceito, pois o aluno alfabetizado se acha o mais inteligente da sala, porém, há aqueles que facilitam o aprendizado do analfabeto, ajudando-o no momento de dificuldade.
P7	A convivência na sala de aula é normal, pois existem alunos que não se importam com os outros, mais tem muitos que não atrapalham e sim procuram ajudar os colegas no que for possível.
P8	Geralmente sim.

Segundo os entrevistados, os alunos não estão interessados para questão, pois a maioria dos alunos tem uma certa dificuldade com a aprendizagem, as vezes eles brigam um com o outro, mais como são amigos de infância, levam na esportiva. Em Outra situação os alunos alfabetizados se acham mais inteligentes que os outros, porém, há aqueles que facilitam o aprendizado do analfabeto, ajudando-o no momento de dificuldade. Um dos entrevistados ressalta que essa questão não é discutida em sala de aula, pois se consideram alfabetizados os alunos que chega ao nível III.

Os métodos utilizados pelos professores são muito importantes para que se consiga atingir os objetivos traçados, quando se tem uma turma de Eja. Alguns métodos podem facilitar o processo de ensino-aprendizagem, outros resultam em quase nada, contudo, cabe ao professor compreender amplamente seus objetivos, para que consiga resultados positivos com toda sua classe e para que não haja preconceito, sabendo lidar com os problemas e desafios que possam surgir no decorrer do processo.

O que você faz quando na turma os alunos não estão no mesmo ritmo de aprendizagem?

QUADRO 19: O que você faz quando na turma os alunos não estão no mesmo ritmo de aprendizagem?
FONTE: Professores da EJA da Escola Professora Maria Oliveira de Mendonça (2019).

PROF.	RESPOSTAS
P1	Com esse aluno, é feito um trabalho diferenciado, pois se o mesmo não consegue acompanhar os outros alunos, não tem como trabalhar com ele da mesma forma que os outros alunos, porque dificilmente ele irá acompanhar o ritmo dos outros colegas.
P2	Procuo explicar o mesmo conteúdo didático, de diferentes formas com várias metodologias.
P3	Procuo reforçar o ensino para aqueles que têm dificuldades passando atividades diferenciadas.
P4	É necessário que um profissional na hora de fazer um trabalho em grupo incluir todos, os funcionais e os que não são funcionais, para que o mesmo se sinta valorizado e motivado a continuar nos estudos.

P5	Atividades diferenciadas para que possam acompanhar e o aprendizado seja de todos.
P6	Atividades diferenciadas de forma lúdica, onde priorize o alunado com dificuldades.
P7	Procuro ser atenciosa com todos os alunos, mais preciso voltar a atenção para os que requerem mais cuidados no desenvolvimento do aprendizado do aluno.
P8	Trabalho a motivação, socialização das atividades e ajuda mútua.

Quando se trata da forma de trabalho para que todos os alunos sigam o mesmo ritmo, os entrevistados ressaltam que é feito um trabalho diferenciado. As maiorias dos professores afirmam que procuram explicar o mesmo conteúdo didático, de diferentes formas com várias metodologias para que todos participem independente das dificuldades do desenvolvimento nas atividades.

Nessa perspectiva, percebe-se que todos os professores se esforçam para que todas as atividades realizadas na turma estejam de acordo com as necessidades dos alunos, sempre se dispondo a buscar metodologias que estejam de acordo com suas trajetórias de vida, suas concepções de mundo e suas expectativas em relação a escola e aos estudos. Portanto, é de suma importância ter uma diversidade em sala de aula nessa modalidade é essencial para que se consiga também ter a permanência dos alunos durante todo o ano letivo.

Qual mensagem você deixa para os futuros professores que terão que enfrentar a realidade do Analfabetismo Funcional em sua prática?

QUADRO 20: Qual mensagem você deixa para os futuros professores que terão que enfrentar a realidade do Analfabetismo Funcional em sua prática? **FONTE:** Professores da EJA da Escola Professora Maria Oliveira de Mendonça (2019).

PROF.	RESPOSTAS
P1	A luta não é fácil, precisa de dedicação e amor pelo que se faz, pois, se não estiver amor, você vai perder seu tempo e prejudicando os alunos, se está fazendo curso só pelo certificado, não vá para sala de aula, pois irá prejudicar muita gente.
P2	Procurem desenvolver a habilidade de leitura e escrita em seus alunos, que o professor seja leitor e sirva de exemplo.
P3	O professor deve se revestir de muita paciência e dedicação e sempre buscar metodologias diferenciadas e que ajude os alunos em suas dificuldades.
P4	Que os desafios são superados se os mesmos buscarem alternativas para suprirem as suas dificuldades, e ter uma boa relação entre professor/aluno.
P5	Ao assumir uma sala o professor irá saber que vai encontrar alunos de todos os níveis, desta forma deve trabalhar de uma forma em que todos serão beneficiados.
P6	Ser paciente e compreensivo, uma vez que não é fácil lidar com alunos analfabetos e alfabetizados na mesma sala de aula.
P7	Que trabalhe com amor, tenha respeito, dignidade, carinho e atenção pela sua família estudantil, porque nossa classe é uma comunidade acolhedora, pois, ensinamos a eles e com eles aprendemos.

P8	Que não desista e desenvolva métodos para ajudar os alunos com dificuldades sem constrangê-los.
-----------	---

Ao solicitar uma mensagem aos futuros professores que terão que enfrentar a realidade do analfabetismo funcional em sua prática, os entrevistados foram muito enfáticos, ao falarem em “paciência”, dedicação e amor pelo que se faz. Afirmam ainda que, os desafios são superados se os mesmos buscarem alternativas para suprirem as suas dificuldades, e ter uma boa relação entre professor/aluno e sempre buscar metodologias diferenciadas e que ajude os alunos em suas dificuldades. Um dos entrevistados torce para que os futuros professores não desistam e desenvolvam métodos para ajudar os alunos com dificuldades sem constrangê-los.

Enfim, trabalhar na educação de jovens e adultos requer uma série de fatores que se faz necessário tomar como habilidades dos professores, os agentes educacionais do contexto dessa modalidade, além da comunidade e todos os que estão inseridos no contexto. Sendo que nessa modalidade de ensino os educandos ao escolher o caminho da escola, os jovens e adultos escolhem ter uma vida promissora para promover o seu desenvolvimento pessoal e melhorar sua autoestima, mesmo que seja dentro da vida cotidiana em meio a sua vivência social e familiar, como também profissional.

3.4 PROPOSTAS

São inúmeros os desafios encontrados de acordo com os entrevistados o trabalho é o principal fator, pois muitos não conseguem chegar na escola no horário ou faltam demais por estarem cansados, a falta de qualificação específica para atuar nesta modalidade, o que acaba interferindo no bom aprendizado dos alunos. Formar professores para atuarem na EJA é estar atento que estes devem estar cientes que o jovens e adultos são carregados de saberes, ditos populares e que devem ser respeitados. A falta de policiamento dos próprios alunos sobre a importância da permanência na escola e a falta de apoio dos governantes.

De acordo com o resultado de pesquisa, foi necessária a sugestão de algumas propostas contribuintes para a questão dos desafios de educação para jovens e adultos na escola.

- Qualificação de professores para o trabalho de escolarização exclusivo para a EJA.
- Elaboração de propostas para a flexibilidade do currículo.
- Utilização de metodologias e estratégias para facilitar o processo de ensino aprendizagem.
- Avaliação de forma diagnóstica, processual e qualitativa.

Assim, pretende-se efetuar a qualificação de professores, a elaboração de propostas para a flexibilidade curricular, como também a avaliação diferenciada para uma modalidade que precisa de atenção na esfera educacional.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa que analisou “Os Desafios da Permanência do Aluno da EJA: Olhares de Profissionais em uma escola do Município de Itaituba-Pará”, tem como objetivo analisar os desafios da permanência dos alunos na escola, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, onde verifica a prática pedagógica dos professores que expuseram seus pontos de vistas quanto a identidade do aluno que frequenta essa modalidade e apresentam uma diversidade considerável, pois são alunos trabalhadores na sua grande maioria, sendo um dos motivos que dificulta a permanência dos mesmos durante todo o ano letivo.

Discutiu-se também a questão da flexibilidade curricular, a qualificação dos professores como agentes da educação na modalidade e a escola como ambiente acolhedor dos alunos que, ao chegar na escola deparam-se com diferentes culturas, etnias, religiões, classes sociais, crenças; isso faz com que tenham dificuldades de socializar-se e continuar os estudos, ou seja, esses alunos são diferentes entre si, tanto que diz respeito a idades. Há um olhar diferenciado para as ações pedagógicas, para os docentes trabalharem esses conflitos existentes entre eles, sensibilizando-os sob o fato de que o estudo vai proporcionar um leque de oportunidades para o crescimento intelectual e profissional de cada um deles é certo e seguro.

Os profissionais da educação pesquisados, demonstram compreender e ter afinidades para trabalhar e conhecer as peculiaridades de quem estuda na EJA, e com o empenho dos educadores de trabalhar as melhores formas de transmitir os conhecimentos aos nossos educandos espera-se que a EJA, evolua e proporcione benefícios para a vida de quem está inserido no contexto.

Quanto aos alunos pesquisados, pode-se perceber que mesmo com suas dificuldades, estão convictos que estudar é a melhor maneira de conseguir um curso superior e que mesmo com suas diversidades, estudar é o caminho para conseguir uma educação em qualquer nível e modalidade e é um direito que deve ser assegurado a todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Jose Carlos Souza. **Do quadro negro à lousa virtual: técnicas, tecnologia e tecnicismo.**

ARBACHE, Ana Paula. **A Formação de educadores de pessoas jovens e adultos numa perspectiva multicultural crítica.** Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. Papel Virtual Editora, 2001.

BELLO, J. L. de P. **Paulo Freire e uma nova filosofia para a educação.** <http://br.geocities.com/maeutikos/pdfspedagogia/PAULOFREIRE.DOC>, 1993a. Acesso em: 22/06/2008.

BRANDÃO, Zaia ET ali. O estado da arte da pesquisa sobre evasão e repetência no ensino de 1º grau no Brasil. In **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 64, nº 147, maio/agosto 1983, p.38-69.

BRASIL, **Lei n.5692.** Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL/MEC. Parecer CEB nº:11/2000 - **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. 2000**

BRASIL. Resolução CNE/CEB Nº 1, DE 5 DE JULHO DE 2000 - Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e Jovens e Adultos.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Diretrizes Curriculares para Educação de Jovens e Adultos.** Brasília, DF, 2000.

BRITO, I. S. **História da educação no Piauí.** 1. Ed. Teresina: EDUFPI, 1996.

CAMPANHOLE, Adriano; CAMPANHOLE, Hilton Lobo. **Constituições do Brasil.** 13.ed. São Paulo: Atlas, 1999

CURY, Carlos J. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos.** In: Brasil. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). Parecer nº 11, 07 de junho de 2000. Brasília: CNE/CEB.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir .** São Paulo: Editora Cortez, 2001.

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Massagão. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. **Cadernos CEDES**, Campinas, v.21, n.55, nov. 2001.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002;

FAZENDA, Ivani. **Interdisciplinaridade: qual o sentido?** São Paulo: Paulus, 2003.

FÁVERO, Osmar. **Brasil alfabetizado em foco**: Entrevista. [18 de julho, 2003]. Brasília: TV Escola. Entrevista concedida para o programa Salto para o Futuro. http://salto.acerp.org.br/saltoparaofuturo/entrevista.asp?cod_Entrevista=45. Acesso em: 18 nov. 2014.

FERREIRA, Maria José Vale. **Princípios político-pedagógicos do MOVASP**. São Paulo, MOVA-SP, Caderno nº. 2, Secretaria Municipal de Educação, abril de 1990.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GADOTTI, M. **Qualidade na educação: uma nova abordagem**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (orgs.). **Educação de Jovens e Adultos: Teoria, Prática e Proposta**. 10. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2008;

HADDAD, Sergio, DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de Jovens e Adultos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.14, ano, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a07>. Acesso em: 17 Nov. 2014.

IRELAND, Timothy Denis. Revisitando a CONFINTEA: sessenta anos de defesa e promoção da educação de adultos. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, vol. 1, n. 1, 2013. Disponível em: < www.revistas.uneb.br/index.php/educajovenseadultos/article//241/206.> Acesso em: 15 maio 2014

KNOWLES, Malcom. **The Adult Learner: a neglected species**. 4ª edição. Texas, USA, Golf Publishing Company, 1990.

LEAL, Telma Ferras. **Desafios da educação de Jovens e Adultos: construindo práticas de alfabetização**/ Telma Ferraz Leal; Eliana Borges Correia de Albuquerque (org.) – 1ª ed.; 1. Reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 24 reimp. São Paulo: Cortez, 1994.

LOPES, Selva Paraguassu; SOUSA, Luzia Silva. [2010]. **EJA: uma educação possível ou mera utopia?** Disponível em: Acesso em: 16 maio 2014.

_____, Maria da Glória Carvalho. **Educação de Jovens e adulto-módulo 1**. Teresina: UFPI-EAD, 2011.

MOURA, Maria da Glória Carvalho. **Educação de Jovens e Adultos: um olhar sobre sua trajetória histórica/** Maria da Glória Carvalho Moura – Curitiba: Educarte, 2003.
MOLL, Jaqueline org. **Educação de Jovens e adultos**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

PAIVA, V. P. **Educação Popular e Educação de Adultos**. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes curriculares da educação de jovens e adultos no estado do Paraná**. Versão preliminar. Curitiba:SEED/PR, janeiro de 2005.

PICONEZ, Stela C. Bertholo. **Educação escolar de adultos: possibilidades de reconstrução de conhecimentos no desenvolvimento do trabalho pedagógico e suas implicações na formação de professores**. São Paulo, 1995. Tese (Doutorado) USP.

PIERRO, Maria Clara Di. **Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil**. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1115-1139, Especial - Out. 2005 1135. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 01 nov 2018.

PORCARO, Rosa Cristina. **A história da educação de jovens e adultos no Brasil**. Viçosa: Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa, 2007. Disponível em: . Acesso em: 20 fevereiro 2018.

RANGEL, Elba Alonso. **Jovens e adultos trabalhadores pouco escolarizados no Brasil: problema estrutural para o desenvolvimento nacional**. 2011. Trabalho de Conclusão de curso (Monografia apresentada ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra como requisito à obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia). Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: Acesso em: 10 agosto 2018.

SCOZ, B. **Psicopedagogia e realidade escolar, o problema escolar e de aprendizagem**. Petrópolis: Vozes, 1994.

SNYDERS. Entrevista dada à Lourdes Stamato de Camilles. PUC/SP, 1990. In VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.) **Técnicas de ensino: Novos tempos, novas configurações**. Campinas: Papirus, 2006. (p. 13-48)

SHIRONA, Envida Oto, etal. **Reformas de ensino**. IN: SAVIANNI, Dermeval (org.).

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. (IN) **Disciplina: Constituição da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola**. 15ª Ed. São Paulo: Libertad Editora, 2004.

VILAS BOAS, Benigna Mariade Freitas. **Virando a escola do avesso**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2008.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 1998.



**CENTRO DE ESTUDOS SUPERIOR DE ITAITUBA
FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

Professor (a), a presente entrevista foi elaborada como requisito para a conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, oferecido pela Faculdade de Itaituba - FAI, intitulado OS DESAFIOS DA PERMANENCIA DO ALUNO DA EJA: Olhares de Profissionais em uma escola do Município de Itaituba-Pará. Sendo assim solicito vossa compreensão em responder as questões que se seguem, desde já agradeço a atenção e colaboração.

QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.

1. IDENTIFICAÇÃO:

1.1 Nome: _____

1.2 Idade: _____

1.3 Sexo: () masculino () feminino

1.4 Formação: _____

1.5 Tempo de trabalho na instituição atual: _____

1.6 Qual é o seu tempo de serviço na educação?

[] Menos de 1 ano

[] 1 a 4 anos

[] 5 a 9 anos

[] 10 a 14 anos

[] Mais de 15 anos

2 QUESTÕES SOBRE O TEMA

2.1 Qual a etapa de ensino que você leciona?

2.2 No papel de professor (a) da EJA, como você descreve um aluno Analfabeto Funcional?

2.3 Quais são as maiores dificuldades desses alunos no processo de Ensino Aprendizagem?

2.4 Que estratégia você utiliza para ajudar os alunos a superar as dificuldades de aprendizagem?

2.5 Quais as maiores dificuldades em lidar com a defasagem de ensino em uma sala com analfabetos funcionais?

2.6 Segundo pesquisas, o Brasil tem 27% de sua população entre 15 e 64 anos de analfabetos funcionais. Em sua opinião por que é tão grande essa porcentagem? Quem é o maior culpado nessa situação?

2.7 Como esses alunos são avaliados?(provas, relatórios, trabalhos e grupos).

2.8 Como é a relação entre aluno-aluno, no caso de uma sala onde existem analfabetos funcionais e alunos alfabetizados? Existe preconceito entre os alunos?

2.9 O que você faz quando na turma os alunos não estão no mesmo ritmo de aprendizagem?

2.10 Qual mensagem você deixa para os futuros professores que terão que enfrentar a realidade do Analfabetismo Funcional em sua prática?



**CENTRO DE ESTUDOS SUPERIOR DE ITAITUBA
FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

Professor (a), a presente entrevista foi elaborada como requisito para a conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, oferecido pela Faculdade de Itaituba - FAI, intitulado OS DESAFIOS DA PERMANENCIA DO ALUNO DA EJA: Olhares de Profissionais em uma escola do Município de Itaituba-Pará. Sendo assim solicito vossa compreensão em responder as questões que se seguem, desde já agradeço a atenção e colaboração.

QUESTIONÁRIO PARA ALUNOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.

1. IDENTIFICAÇÃO:

1.1 Nome: _____

1.2 Idade: _____

1.3 Sexo: () masculino () feminino

1.4 Estado Civil: Casado () Solteiro ()

1.5 Série: _____

2 QUESTÕES SOBRE O TEMA

2.1 Em que série você parou de estudar?

2.2 Qual motivo levou você a parar de estudar?

2.3 Ao longo da sua vida você se sentiu descriminado por não ter os estudos completo?

2.4 O que fez você retornar a escola?

2.5 Você considera que os conhecimentos que já possui estão sendo valorizados/utilizados nas aulas?

2.6 Você teve incentivo da família para voltar a estudar?

2.7 Já pensou em desistir, em parar. Por quê?

2.8 Agora que voltou, até onde pretende chegar com seus estudos?

2.9 Qual a sua opinião sobre o trabalho desenvolvido pelos seus professores?

2.10 O que você acredita que deveria melhorar para que a educação na EJA alcance ainda mais qualidade?
